

AVISO DE ALTERAÇÃO – DIA 21/01/2026

INFORMAMOS QUE PROCEDEMOS COM O SEGUINTE AJUSTE:

- Substituição da tabela do item 2 (Roteiro para a etapa de validação da amostra) do Anexo I-H – Homologação da Amostra (págs. 116 a 122).

Tendo em vista que a alteração não impacta na formulação da proposta, os prazos inicialmente agendados serão mantidos.

Alessandra Helena Brito de Miranda Diniz
Licitadora

OUTUBRO, 2025.

LC SERVIÇO_v18.

Vinculação NJ GEAJU 7148899/2025

AVISOS

AVISO 1: Os certames licitatórios da CAIXA passam a ser exclusivamente por meio eletrônico

Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2: Informamos que foi implantada, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o licitante deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA, assim o licitante não terá mais que realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenham interesse de participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/item de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades. de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;
- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o

conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;

✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;

✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;

✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;

✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e

dignidade.

- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.

- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

EDITAL**CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT****LICITAÇÃO CAIXA 360/2025 – CECOT/BR tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 30/12/2025**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações em Brasília/DF – CECOT/BR, representada por Licitador designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para a prestação do(s) serviço(s) descritos no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelo Decreto nº 8.538 de 06/10/2015 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 21/01/2026 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 09:00 horas do dia 22/01/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às **09:00** horas do dia **22/01/2026**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das **10:30** horas até às **11:00** horas do dia **22/01/2026**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até o dia 15/01/2026, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail →

digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23:59 horas do dia 15/01/2026, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

1 DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa para o fornecimento de ferramenta para gestão de compliance de operações de crédito para Agronegócio, contemplando licenciamento na modalidade SaaS (Software as a Service), parametrização, manutenção, suporte e transferência de conhecimento, conforme especificações técnicas, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, conforme abaixo:

| | |
|------------------|---|
| ANEXO I | TERMO DE REFERÊNCIA |
| Anexo I-A | REQUISITOS FUNCIONAIS |
| Anexo I-B | REQUISITOS TÉCNICOS |
| Anexo I-C | FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO |
| Anexo I-D | QUALIFICAÇÃO TÉCNICA |
| Anexo I-E | REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA SERVIÇOS EM NUVEM |
| Anexo I-F | SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE |
| Anexo I-G | PADRÃO TECNOLÓGICO |
| Anexo I-H | HOMOLOGAÇÃO DA AMOSTRA |
| ANEXO III | PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS |
| ANEXO IV | MINUTA DE CONTRATO |
| ANEXO V | MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE |
| ANEXO VI | TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUIO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA |
| ANEXO VII | DECLARAÇÃO DO LICITANTE |

- 1.1.1 As especificações do objeto, os locais de prestação dos serviços e a forma de execução do contrato constam do(s) Anexo(s) I ao I-H deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

- 2.1.1 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis em qualquer Unidade Cadastradora.

- 2.1.1.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-financeira.

- 2.1.1.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico

<https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba *Manuais*.

- 2.1.2 A documentação de habilitação deve ser anexada no repositório de documentos, dentro do Cadastro do Licitante (vide “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” localizado no sistema). Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.
- 2.1.2.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.9.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses do §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE.
- 2.4 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.
- 2.5 **Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):**
- 2.5.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.5 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
- 2.5.2 que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.5.3 que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 2.5.4 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;

- 2.5.5 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.5.6 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.5.7 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.5.8 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.5.9 Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.5.10 De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto, básico ou executivo;
- 2.5.11 De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- 2.6 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.5 acima:
 - I À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - II A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - III Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o Cadastro no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o Credenciamento neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
 - 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
 - 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.

- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CRENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “Credenciamento em Novos Certames” e marcar Comprador “**CAIXA**”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todos as Licitações CAIXA e Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver

interesse em participar de uma Licitação CAIXA ou pregão eletrônico realizado pela CAIXA.

- 3.9 O link *“Credenciamento em novos certames”*, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link *“Edital”*.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o portal de Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-mail ou sistema, aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:
- 4.4.1 acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2 comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk** – 4004 0104 – Capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse

próprio.

- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Licitação CAIXA.
- 4.7 Manter a gestão da documentação de habilitação no repositório do cadastro do Fornecedor ("Guarda de Documentação de Habilitação"), no Portal Licitações CAIXA.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão "**ENTRAR**" → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro "**MINHAS ATIVIDADES**" → acionar o link "**ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO**", no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão "**ANEXAR PROPOSTA**" → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão "**CONCLUIR/ENVIAR**".
- 5.2 **A Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
 - 5.2.1 **A Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao VALOR GLOBAL que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
 - 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
 - 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 **A Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
 - 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), número de

telefone, fax e *e-mail*;

- 5.3.2 Preço GLOBAL para fornecimento de ferramenta para gestão de compliance de operações de crédito para Agronegócio, contemplando licenciamento na modalidade SaaS (Software as a Service), parametrização, manutenção, suporte e transferência de conhecimento, de acordo com o modelo de proposta (Anexo II), atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
- 5.3.2.1.1 Os tributos, contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias devem ser cotados nos percentuais estabelecidos em legislação ou norma vigente, devendo o licitante prever em sua planilha de composição do preço todos os custos e benefícios fiscais inerentes ao objeto ou à atividade desempenhada, observando as particularidades tributárias de cada segmento.
- 5.3.2.1.2 Não podem ser incluídos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI (Benefícios e Despesas indiretas), seja como item específico da planilha orçamentária/ composição do preço.
- 5.3.2.1.3 A empresa optante do Simples Nacional deve excluir do percentual da correspondente alíquota definida nos Anexos da LC 123/06 os percentuais relativos ao IRPJ e à CSLL.
- 5.3.2.1.4 Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a materiais ou instalações de sua propriedade, o licitante deve indicá-los.
- 5.3.2.1.5 Na definição do preço a ser proposto, em se tratando de MPE, a empresa deve considerar eventual elevação dos custos decorrentes de seu desenquadramento da situação de MPE nos termos da LC nº 123/2006, caso ocorra a extrapolação do faturamento que permite a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado durante a execução do contrato, uma vez que tal situação não configura motivo para reequilíbrio e/ou repactuação.
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Prazo de validade da proposta: não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;

5.3.4 Declaração da licitante de que:

I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.5 e subitens deste edital.

III) cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

5.3.5 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.**5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-M@il, a confirmação do recebimento da proposta.****5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.****5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada, conforme item 5.2.1.****6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS****6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.****6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.****6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos,**

conforme item 7 abaixo.

- 6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 10 deste edital.
- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da Proposta Comercial, conforme item 5.3, com os valores adequados ao preço do melhor lance, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:
- 6.4.1 A proposta e a planilha de preços adequadas devem ser encaminhadas no prazo de até **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → clicar em “**ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA**”, anexar os arquivos e confirmar.
- 6.5 Será desclassificada a proposta que:**
- 6.5.1 não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 contenham vícios insanáveis;
- 6.5.3 apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 apresentem preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 apresentem preços superiores aos valores estimados pela CAIXA;
- 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo III.
- 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que os preços global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.
- 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for

desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

- 6.5.6 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.5.7 que apresente preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.
- 6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO GLOBAL.
- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo

vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 15 deste Edital.

- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
 - 7.2.1 a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
 - 7.2.2 no caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
 - 7.2.3 os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
 - 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
 - 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de

negociação em conformidade com o item 7.12.

- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
 - 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
 - 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade do licitante apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado que não se enquadra como MPE.
 - 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
 - 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
 - 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
 - 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
 - 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
 - 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
 - 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:

- I com tecnologia desenvolvida no País;
 - II produzido de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo;
 - III produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - IV produzido ou prestado por empresas brasileiras;
 - V produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - VI produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 O percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na proposta comercial inicial apresentada, na forma deste Edital.
- 7.11.1 Na apresentação das propostas ajustadas, não será admitida majoração de preços unitários e taxas:
- a) da proposta da fase de lances em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante;
 - b) da proposta final negociada em relação à proposta da fase de lances ofertada pelo licitante;
 - c) da proposta final negociada em relação à proposta inicial ofertada pelo licitante, no caso da inexistência de fase de lances.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja

prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link → “*EFETUAR NEGOCIAÇÃO*”.

- 7.13 Quando da negociação o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.9, a proposta comercial, com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas, nos termos do subitem 6.5.5.1.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
 - qualificação técnica;
 - qualificação econômico-financeira;
 - regularidade fiscal federal;
 - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na área logada do Fornecedor, acesse o link “[Vincular Documentação de Habilitação](#)” e selecione o item desejado, acione o botão VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão CONFIRMAR. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.
- 8.1.2 As instruções também constam do “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.
- 8.2 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal e Trabalhista:

Nível I – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.3 e subitens deste Edital.

Nível III – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal definida no item 8.4;

Nível V – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 8.5 e subitens deste Edital.

- 8.2.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.2.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese daquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.9.
- 8.2.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘*on line*’ no SICAF, opção “Situação do Fornecedor”, depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.2.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.2.5 No caso de empresas reunidas em consórcios, deverão ser observadas as seguintes condições:
 - 8.2.5.1 Todas as empresas deverão satisfazer, individualmente, as condições de habilitação, exceto em relação a qualificação técnica;
 - 8.2.5.2 Deve ser apresentado, na forma do item 8.9, documento, público ou particular, comprovando o compromisso das empresas constituírem o consórcio e indicando a empresa-líder, a qual será a representante das consorciadas perante a CAIXA.
 - 8.2.5.3 No consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras é obrigatório que

a liderança seja exercida por empresa brasileira. Ressalta-se que a responsabilidade contratual é solidária entre os todos os consorciados.

- 8.3 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:
- 8.3.1 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 8.3.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - 8.3.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 8.3.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.4 A documentação relativa à **regularidade fiscal federal** consistirá em:
- 8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 8.4.2 prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
 - 8.4.3 prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) caso não seja atendida pela Certidão mencionada no item 8.3.2.
 - 8.4.4 Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - 8.4.5 O licitante que se declarar MPE, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
 - 8.4.5.1 Será assegurado à MPE declarada vencedora, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para comprovar a sua regularidade fiscal.

- 8.5 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:
- 8.5.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.5.2 comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:
- $$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- 8.5.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices econômicos registrados no referido Sistema.
- 8.5.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 496.500,00.
- 8.5.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei:
- $$\blacksquare \text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total (Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante)}$$
- 8.5.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

- 8.5.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, referidos nos itens 8.5.2 e 8.5.3, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.5.3.5 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.5.3.5.1 publicado em Diário Oficial; ou
- 8.5.3.5.2 publicado em jornal, ou
- 8.5.3.5.3 por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- 8.5.3.5.4 por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou
- 8.5.3.5.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.
- 8.5.3.5.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.5.3.5.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.
- 8.5.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.
- 8.5.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.6 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a vinculação dos seguintes documentos:
- 8.6.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
- 8.6.1.2 para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) /

certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m): o fornecimento/prestação dos serviços para gestão de compliance de operações de crédito para Agronegócio, contemplando licenciamento na modalidade SaaS (Software as a Service), parametrização, manutenção, suporte e transferência de conhecimento, em território Nacional por, no mínimo, 12 meses.

- 8.6.2 A LICITANTE deverá comprovar ter atendido, pelo menos 30% (trinta por cento) do quantitativo/volumetria previsto no Termo de Referência conforme volumetria detalhada:
- a) 2.400 operações de Monitoramento Agrícola (alertas de plantio, desenvolvimento e colheita).
 - b) 528 relatórios de Laudo de Fiscalização.
 - c) 4.800 relatórios de Valoração Remota de Imóvel.
 - d) 30.000 relatórios de Validação contratação - ESG + Histórico Cultivo.
 - e) 600 geração de relatório do Módulo e validação ESG/ monitoramento.
 - f) 1.200 Consulta/validação Módulo e validação ESG/ monitoramento.
- 8.6.2.1 o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.6.3 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, poderão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.
- 8.6.3.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.6.3.2 Os documentos de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também devem ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.7 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.7.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.

- 8.8 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.9 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.9.1 ou 8.9.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Licitador.
- 8.9.1 Para licitante credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
 - d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VI);
 - e) Declaração do Licitante (ANEXO VII).
- 8.9.2 Para licitante NÃO credenciada e NÃO cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa a Habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa a qualificação econômico-financeira;
 - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - d) Documentação relativa a regularidade fiscal;
 - e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - f) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
 - g) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VI);
 - h) Declaração do Licitante (ANEXO VII).
- 8.9.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.9, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.
- 8.9.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 8.9.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.9.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que

atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.

- 8.10 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VII - DECLARAÇÃO DO LICITANTE assinado.
- 8.10.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.10.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 20.16 ou por assinatura física.
- 8.10.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigi-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.10.2.2 Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.
- 8.10.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da **CECOT/BR** – SBS Quadra 01, Lote 2, Bloco L, Matriz III (antigo Edifício Filial), 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, após a publicação da ata da sessão pública ou após solicitação do Licitador.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Prosseguindo, o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.9.
- 9.1.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso a licitante vencedora seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do

percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.

- 9.1.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.2 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 Prosseguindo, o Licitador efetuará a consulta 'on line' ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Licitador a Declaração de "Situação do Fornecedor".
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.9.
- 9.3 É assegurado ao licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhá-lo atualizado, juntamente com a documentação na forma do item 8.9.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 02:00 horas a contar da solicitação pelo licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório, após verificação da documentação de habilitação.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em

licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:

- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
- CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas”, no item “CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa” e “Consulta Requerido / Condenação”, selecionar esfera “TODOS(AS)”;
- SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.

9.6 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.

9.7 Não será habilitada a empresa que:

- 9.7.1 esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
 - 9.7.2 não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
 - 9.7.3 esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
 - 9.7.4 deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
 - 9.7.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.5 deste edital.
- 9.8 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.7, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação das demais proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente,

até que um licitante atenda plenamente às exigências do Edital.

- 9.9 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO

- 9.10.1 Quando solicitado, a licitante terá até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação da CAIXA, para apresentação e disponibilização da solução junto à SUART - ARQUITETURA TI - ST SAUS QUADRA 3, BLC E, 13 AND, ASA SUL, BRASILIA – DF, CEP: 70070-030. Email: suart14@caixa.gov.br,
- 9.10.1.1 Esta etapa tem duração prevista de até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogável à critério exclusivo da CAIXA, e será realizada de forma remota no período das 10h às 17h.
- 9.10.2 É facultado aos participantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail cecot29@caixa.gov.br.
- 9.10.3 A apresentação da amostra/solução será exigida apenas da licitante declarada vencedora na etapa de lances do pregão e habilitada.
- 9.10.4 A licitante que não entregar a(s) solução(ões), ou entregar fora do prazo estabelecido neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, conforme item 15 deste edital.
- 9.10.5 Apenas na hipótese de a licitante melhor classificada não cumprir os requisitos da especificação técnica é que se convocarão as licitantes remanescentes na ordem de classificação, até encontrar a licitante que esteja habilitada e apresente amostra em conformidade com todas as especificações contidas no Edital.
- 9.10.6 O licitante que se submeter à fase de amostra deve anexar no Portal de Licitações CAIXA o documento comprobatório da entrega da amostra e/ou realização dos testes da solução.
- 9.10.7 As regras específicas da apresentação e julgamento das amostras/solução constam no Anexo I-H – Homologação da Amostra.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s)

licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – acionar o botão “*ENTRAR*” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link “*INTENÇÃO DE RECURSO*” → selecionar o botão “*INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO*” → inserir a descrição argumentos → clicar em “*ENVIAR*”, no prazo de até 30 (trinta) minutos a partir da comunicação pelo sistema.

- 10.1.1 À recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar razões de recurso, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 10.1.
- 10.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “*ENTRAR*” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “*CONTRARRAZÃO*”, registrar os argumentos e confirmar.
- 10.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 10.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Licitador autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 10.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 10.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
- 10.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

11 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 11.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 11.2 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Anexo IV).
- 11.3 Fica impedida de ser contratada para a execução de serviço objeto desta licitação o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas nos itens 2.5 do edital.
- 11.4 O licitante que for declarado vencedor da licitação e que não for cadastrado no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis exigidos como habilitação no edital, como condição para assinatura do contrato.
- 11.5 No ato da assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada ao final da minuta de Contrato (Anexo IV).
- 11.7 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).
- 11.8 A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 11.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
- 11.8.1.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pela adjudicatária.
- 11.8.1.2 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA na forma do item 3.
- 11.8.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 15 deste Edital.
- 11.9 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá

retomar a Licitação CAIXA e convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação e observadas as preferências previstas neste Edital.

- 11.10 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 11.10.1 Neste caso, será efetuada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 11.9.

12 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5%(cinco por cento) do valor total do contrato.
- 13.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:
- 13.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
- 13.2.1.2.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.
- 13.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 13.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do

contrato;

- 13.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;
- 13.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 13.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- 13.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
- 13.2.2.3.1.1 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;
- 13.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
- 13.2.2.3.3 A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- 13.2.2.3.4 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- 13.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 13.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 13.2.2.2.
- 13.2.2.3.7 Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá

elencar a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

13.2.2.3.8 Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

13.2.2.3.9 A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

13.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

13.2.3 **A Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

13.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária apresentada em papel timbrado da instituição financeira emissora e que possua todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos), caso o registro seja feito pela via eletrônica, deve-se verificar a autenticidade do documento pela chave de acesso apresentada;

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias.

a) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

b) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;

c) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 14.6 deste Edital;

d) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

e) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

f) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

13.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.

13.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

- 13.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global contratado.
- 13.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

14 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1 A CAIXA, após a execução dos serviços e o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Anexo IV).

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos estabelecidos na minuta de contrato (Anexo IV):

I multa;

II suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

- 15.1.1 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados no Anexo IV - Contrato;

- 15.1.2 A CONTRATADA ficará sujeita a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas no Contrato (ANEXO IV).

- 15.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII Não mantiver a proposta;
- IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

- 15.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.
- 15.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 15.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

16 DOS ILÍCITOS PENAIS

- 16.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

17 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento registrado no SAP sob o nº 8000047252.

18 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 18.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente

fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

- 18.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19 DAS VIGÊNCIAS DO CONTRATO

- 19.1 O contrato a ser firmado terá duração de 24 (vinte e quatro) meses podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da CONTRATADA, por períodos sucessivos, até o limite permitido na Lei nº 13.303/2016.
- 19.1.1 O interesse da CONTRATADA na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 20.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 20.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 20.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 20.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 20.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT/BR, em Brasília/DF.

- 20.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 20.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da Licitação CAIXA.
- 20.10 No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 20.10.2 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 20.11 Os esclarecimentos acerca desta licitação serão disponibilizados no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro **“Painel Geral”**, selecionar o número do certame desejado e clicar na aba **“Pedidos de Esclarecimento”**.
- 20.12 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico mencionado no item 20.11.
- 20.13 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 20.14 É vedada a subcontratação.
- 20.14.1 A disponibilização do ambiente de nuvem e a solução não são consideradas como subcontratação.
- 20.14.2 Independentemente da nuvem contratada, a responsabilidade de cumprimento dos níveis de serviço especificados no Termo de Referência e demais anexos é inteiramente da CONTRATADA.
- 20.15 Encerrada a Licitação CAIXA, o Licitador disponibilizará aos interessados os valores do orçamento previamente estimado para a contratação.
- 20.16 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica do(s) representante(s) legal(is) nos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

20.17 Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

21 DO FORO

21.1 Para dirimir as questões oriundas deste convênio, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

Brasília, DF, 30 de dezembro de 2025.

Licitador(a)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Fornecimento de **Ferramenta para gestão de compliance de operações de crédito para Agronegócio, contemplando licenciamento na modalidade SaaS (Software as a Service), parametrização, manutenção, suporte e transferência de conhecimento, conforme especificações técnicas**, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme termos e prazos estabelecidos neste documento e anexos, que o integram e complementam.

| SERVIÇO OBJETO DE CONTRATAÇÃO | Recorrência | Medida | QTDE estimada |
|--|---|----------------------|---------------|
| Ativação (Setup) | única | Implantação | 1 |
| Disponibilização da Plataforma para Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (Com Garantia de Sustentação) | mensal | Disponibilização | 24 |
| Monitoramento Agrícola (alertas de plantio, desenvolvimento e colheita) | Contínua/plataforma | Operações | 8.000 |
| Laudo de Fiscalização | Sob demanda | Relatório | 1.760 |
| Valoração Remota de Imóvel | Sob demanda | Relatório | 16.000 |
| Validação contratação - ESG + Histórico Cultivo | Sob demanda | Relatório | 100.000 |
| Módulo e validação ESG/monitoramento | Sob demanda | Geração de Relatório | 2.000 |
| | Acesso livre ao módulo ESG dentro da plataforma para consulta/validação ilimitada | Consulta/validação | 4.000 |
| Integração e Customização (sob demanda) | Sob demanda | Horas | 960 |
| Transferência de conhecimento (sob demanda) | Sob demanda | Turmas | 6 |
| TOTAL ESTIMADO | - | - | |

- 1.2 A especificação detalhada do objeto contendo os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas constam neste termo de referência e nos anexos abaixo especificados:

| | |
|------------------|--|
| Anexo I-A | Requisitos Funcionais |
| Anexo I-B | Requisitos Técnicos |
| Anexo I-C | Forma de Execução dos Serviços e Fiscalização do Contrato |
| Anexo I-D | Qualificação Técnica |
| Anexo I-E | Requisitos de Segurança Tecnológica para Serviços em Nuvem |
| Anexo I-F | Segurança da Informação e Privacidade |
| Anexo I-G | Padrão Tecnológico |
| Anexo I-H | Homologação da Amostra |

ANEXO I-A**REQUISITOS FUNCIONAIS****1 REQUISITOS FUNCIONAIS****1.1 GESTÃO DA CONCESSÃO**

- 1.1.1 O processo de concessão necessita de soluções de TI que envolvam ferramentas SIG e de monitoramento remoto por imagem de satélite, de forma a permitir a realização dos seguintes processos:
- 1.1.1.1 Levantamento de informações relativas às glebas vinculadas à proposta de crédito rural (área a ser beneficiada com o crédito), compreendendo os seguintes aspectos e verificações:
- 1.1.1.1.1. Histórico de utilização dos últimos 5 anos, informando as culturas, o período de cultivo e apontando eventos de frustrações de safra, quando houver, utilizando métodos com emprego NDVI (Índice de Vegetação da Diferença Normalizada) ou índices equivalentes reconhecidamente aceitos na comunidade científica, com base no histórico de imagens.
- 1.1.1.1.2. Presença de benfeitorias, tais como galpões, silos, currais, estufas/ casas de vegetação, açudes e tanques escavados para aquicultura, identificadas por meio de processamento de imagem de satélite, quando possível.
- 1.1.1.1.3. Sobreposição com áreas e tipos de coberturas do solo declarados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR que limitam ou impedem a exploração agropecuária, tais como Área de Servidão Administrativa, Área de Remanescente de Vegetação Nativa, Área de Preservação Permanente (APP), Área de Reserva Legal (RL).
- 1.1.1.1.4. Sobreposição com o polígono do imóvel declarado no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.
- 1.1.1.1.5. Sobreposição com outras áreas e tipos de coberturas do solo, identificados por meio de processamento de imagem de satélite, que limitam ou impedem a exploração agropecuária, tais como áreas encharcadas, corpos d'água (ex: lagoas, açudes, barragens, etc.), formações rochosas, fragmentos de matas e florestas, nativas ou plantadas, e relevos impróprios (declividade superior a 45º). Disponibilizar imagem raster com declividade (imagens livre, já disponível e validada).
- 1.1.1.1.6. Sobreposição com áreas impeditivas previstas na seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural – MCR, quais sejam: Unidade de Conservação registrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Terras Indígenas homologadas, regularizadas ou definidas como Reserva Indígena no Sistema Indigenista de Informações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); terras ocupadas e tituladas por remanescentes das comunidades de quilombos; áreas embargadas por órgão ambiental Federal ou Estadual, compreendendo minimamente os Cadastros de Autuações Ambientais e Embargos do IBAMA e do ICMBio; Floresta Pública Tipo B (Não Destinada) registrada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas do Serviço Florestal Brasileiro.
- 1.1.1.1.6.1. Quando houver sobreposição com Unidade de Conservação - UC, deve-se disponibilizar no relatório o nome da UC, o grupo a que pertence (proteção integral ou de uso sustentável), a esfera responsável (municipal, estadual ou federal) e a existência de plano de manejo.

- 1.1.1.1.6.2. Quando houver sobreposição com embargos ambientais, deve-se disponibilizar no relatório o nome do órgão responsável, o código do embargo (Termo de Apreensão e Depósito - TAD), o tamanho da área embargada em hectare, o CPF ou CNPJ do infrator, o número do processo e a descrição da infração.
- 1.1.1.1.6.3. Quando houver sobreposição com as demais áreas impeditivas, deve-se informar minimamente o nome da área e demais dados necessários a sua individualização.
- 1.1.1.1.7. Sobreposição com áreas em que houve supressão de vegetação nativa, a partir dos alertas de desmatamento disponibilizados pela plataforma MapBiomas Alerta (<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org>), informando o código do alerta, e da base de dados do sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Deve-se disponibilizar no relatório informações que permitam identificar a área desvegetada, tal como o código do alerta de desmatamento da plataforma MapBiomas.
- 1.1.1.1.8. Sobreposição com parcelas registras no SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária e no SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis, informando o código da parcela, a situação (registrada, titulada não registrada, não titulada, etc.), o *status* (certificada, registrada, etc.), o código do imóvel da parcela, o nome da área e a sua(s) respectiva(s) matrícula(s), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 1.1.1.1.9. Sobreposição com assentamentos da reforma agrária, informando nome e o código SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 1.1.1.1.10. Sobreposição com glebas vinculadas a operações contratadas na Caixa e em outras instituições financeiras, independentemente do mutuário, a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>).
- 1.1.1.1.11. As sobreposições devem ser apresentadas em área (ha) e em percentual, tomando como base de cálculo a área total das glebas analisadas.
- 1.1.1.2 Levantamento de informações e validação dos imóveis rurais vinculados à proposta de crédito (a serem beneficiados com o crédito ou oferecidos em garantia), considerando as informações disponíveis para consulta pública no SICAR, compreendendo as seguintes verificações:
 - 1.1.1.2.1. O imóvel será identificado pelo código de recibo do CAR emitido pelo SICAR informado na proposta de crédito.
 - 1.1.1.2.2. Situação do cadastro do imóvel no SICAR (ex: ativo; pendente; suspenso; ou cancelado).
 - 1.1.1.2.3. Condição externa do cadastro do imóvel no SICAR (ex: aguardando análise; analisado e em conformidade com a Lei nº 12.651, de 2012; analisado e em cumprimento do Programa de Regularização Ambiental (PRA), estabelecido pela Lei nº 12.651, de 2012; ou analisado e em conformidade com a Lei nº 12.651, de 2012, passível de emissão de Cota de Reserva Ambiental – CRA).
 - 1.1.1.2.4. Sobreposição com áreas impeditivas previstas na seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural – MCR, quais sejam: Unidade de Conservação registrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Terras Indígenas homologadas, regularizadas ou definidas como Reserva Indígena no Sistema Indigenista de Informações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); terras ocupadas e tituladas por remanescentes das

comunidades de quilombos; áreas embargadas por órgão ambiental Federal ou Estadual, compreendendo minimamente os Cadastros de Autuações Ambientais e Embargos do IBAMA e do ICMBio; Floresta Pública Tipo B (Não Destinada) registrada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas do Serviço Florestal Brasileiro.

- 1.1.1.2.4.1. Deve-se disponibilizar no relatório as informações previstas nos itens 1.1.1.1.6.1 a 1.1.1.1.6.3, conforme o caso.
- 1.1.1.2.5. Sobreposição com áreas em que houve supressão de vegetação nativa, a partir dos alertas de desmatamento disponibilizados pela plataforma MapBiomas Alerta (<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org>), informando o código do alerta, e da base de dados do sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Deve-se disponibilizar no relatório informações que permitam identificar a área desvegetada, tal como o código do alerta de desmatamento da plataforma MapBiomas.
- 1.1.1.2.6. Sobreposição com parcelas registras no SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária e no SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis, informando o código da parcela, a situação (registrada, titulada não registrada, não titulada, etc.), o *status* (certificada, registrada, etc.), o código do imóvel da parcela, o nome da área e a sua(s) respectiva(s) matrícula(s), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 1.1.1.2.7. Sobreposição com assentamentos da reforma agrária, informando nome e o código SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 1.1.1.2.8. As sobreposições devem ser apresentadas em área (ha) e em percentual, tomando como base de cálculo a área total do imóvel analisado, por tipo de área impeditiva sobreposta, com suas respectivas qualificações, quando houver (ex: Tipo de Área: Unidade de Conservação; Tipo de Unidade de Conservação: Estação Ecológica; Nome: Estação Ecológica de Águas Emendadas; Categoria: Proteção Integral; Área de sobreposição: 20 ha; Percentual de Sobreposição: 5%).
- 1.1.1.3 Levantamento de informações, validação e valoração dos imóveis rurais ofertados em garantia e vinculados à proposta de crédito, considerando as informações disponíveis para consulta pública no SICAR, compreendendo as seguintes verificações:
 - 1.1.1.3.1 O imóvel será identificado pelo código de recibo do CAR emitido pelo SICAR informado na proposta de crédito.
 - 1.1.1.3.2 Situação do cadastro do imóvel no SICAR (ex: ativo; pendente; suspenso; ou cancelado).
 - 1.1.1.3.3 Condição externa do cadastro do imóvel no SICAR (ex: aguardando análise; analisado e em conformidade com a Lei nº 12.651, de 2012; analisado e em cumprimento do Programa de Regularização Ambiental (PRA), estabelecido pela Lei nº 12.651, de 2012; ou analisado e em conformidade com a Lei nº 12.651, de 2012, passível de emissão de Cota de Reserva Ambiental – CRA).
 - 1.1.1.3.4 Sobreposição com áreas impeditivas previstas na seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural – MCR, quais sejam: Unidade de Conservação registrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Terras Indígenas homologadas, regularizadas ou definidas como Reserva Indígena no Sistema Indigenista de Informações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); terras ocupadas e tituladas por remanescentes das comunidades de quilombos; áreas embargadas por órgão ambiental Federal ou

Estadual, compreendendo minimamente os Cadastros de Autuações Ambientais e Embargos do IBAMA e do ICMBio; Floresta Pública Tipo B (Não Destinada) registrada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas do Serviço Florestal Brasileiro.

- 1.1.1.3.4.1 Deve-se disponibilizar no relatório as informações previstas nos itens 1.1.1.1.6.1 a 1.1.1.1.6.3, conforme o caso.
- 1.1.1.3.5 Sobreposição com áreas em que houve supressão de vegetação nativa, a partir dos alertas de desmatamento disponibilizados pela plataforma MapBiomas Alerta (<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org>), informando o código do alerta, e da base de dados do sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Deve-se disponibilizar no relatório informações que permitam identificar a área desvegetada, tal como o código do alerta de desmatamento da plataforma MapBiomas.
- 1.1.1.3.6 Sobreposição com parcelas registras no SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária e no SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis, informando o código da parcela, a situação (registrada, titulada não registrada, não titulada, etc.), o *status* (certificada, registrada, etc.), o código do imóvel da parcela, o nome da área e a sua(s) respectiva(s) matrícula(s), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 1.1.1.3.7 Sobreposição com assentamentos da reforma agrária, informando nome e o código SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- 1.1.1.3.8 As sobreposições devem ser apresentadas em área (ha) e em percentual, tomando como base de cálculo a área total do imóvel analisado, por tipo de área impeditiva sobreposta, com suas respectivas qualificações, quando houver (ex: Tipo de Área: Unidade de Conservação; Tipo de Unidade de Conservação: Estação Ecológica; Nome: Estação Ecológica de Águas Emendadas; Categoria: Proteção Integral; Área de sobreposição: 20 ha; Percentual de Sobreposição: 5%).
- 1.1.1.3.9 Histórico de cobertura vegetal e uso do solo, dos últimos 5 anos, informando as culturas, com base no histórico de imagens disponíveis da coleção do satélite.
- 1.1.1.3.10 Presença de benfeitorias, tais como galpões, silos, currais, estufas/ casas de vegetação, açudes e tanques escavados para aquicultura, identificadas por meio de processamento de imagem de satélite.
- 1.1.1.3.11 Identificação das áreas e tipos de coberturas do solo declarados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR que impactam o valor do imóvel, quais sejam: Área de Servidão Administrativa; Área de Remanescente de Vegetação Nativa; Área de Preservação Permanente (APP); Área de Reserva Legal (RL), áreas encharcadas, corpos d'água (ex: lagoas, açudes, barragens, etc.), formações rochosas, fragmentos de matas e florestas, nativas ou plantadas, e relevos impróprios (declividade superior a 45º).
- 1.1.1.4 Valoração remota dos imóveis vinculados à proposta de crédito e ofertados em garantia, levando-se em considerando o valor da terra nua.
- 1.1.1.5 Verificação da presença do(s) proponente(s) e/ou proprietários dos imóveis no Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- 1.1.1.6 As soluções previstas devem possuir rotina automática para análise e levantamento das informações, à medida que as propostas de crédito forem cadastradas no sistema de concessão, bem como permitir solicitações pelos usuários (empregados CAIXA) por meio de acesso a sua plataforma (*Front-end*). Para isso, deverão:

- 1.1.1.6.1 Apresentar uma base de mapas geoespaciais para visualização suporte e possibilidade de inserção de arquivos do tipo vetorial para representação de pontos, linhas e polígonos, estes podendo ser apresentados nas extensões kml, kmz, shp ou CAD.
- 1.1.1.6.2 Permitir a intersecção destes arquivos, sua edição, bem como possibilidade de apresentação de calculadora de campo básica, por exemplo, para a representação de nível de convergência e área dos polígonos criados.
- 1.1.1.7 Todas as informações geradas a partir dos processos descritos acima devem ser disponibilizadas aos sistemas da Caixa em tempo real ou no máximo em D+1, quando as limitações tecnológicas assim justificarem, via API e entrega de relatório em arquivo com extensão CSV, bem como relatório em PDF assinado pelo responsável técnico, contendo a representação gráfica (mapa) das áreas e suas sobreposições.
- 1.1.1.7.1 As soluções devem observar às exigências contidas na LGPD, bem como a necessidade de manutenção do sigilo bancário.
- 1.1.1.8 A comunicação com os sistemas da Caixa para obtenção das informações necessárias à realização dos processos (nº do CAR, coordenadas de glebas, etc.) deve ser feita de forma automática, via API ou qualquer outro meio disponível e permitido pela instituição.

1.1.2 **FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

- 1.1.2.1 É necessária solução de TI para realizar atividade de fiscalização e monitoramento que permita verificar os empreendimentos financiados e suas respectivas glebas, evolução das atividades financiadas e intervenções passíveis de detecção pelo uso do sensoriamento remoto e, complementarmente, monitorar parâmetros de regularidade ambiental, social e climática de mutuários e propriedades rurais em tempo real, conforme atualização das fontes dessas informações.
- 1.1.2.2 Nesse sentido a solução precisa possibilitar a análise e geração de relatórios dos empreendimentos financiados por meio de informações geoespaciais, considerando as mais avançadas ferramentas e técnicas disponíveis no mercado, inclusive com aplicação de Inteligência Artificial.
- 1.1.2.3 A geração de relatórios deve considerar o detalhamento das atividades realizadas e documentação completa das metodologias e resultados obtidos, bem como laudo técnico com o parecer final, considerando a 'regularidade' ou 'irregularidade' da operação, com base nas informações relevantes da análise.
- 1.1.2.4 As soluções previstas devem possuir rotina automática para análise e levantamento das informações, à medida que as operações forem cadastradas no sistema de fiscalização e monitoramento, bem como permitir solicitações pelos usuários (empregados CAIXA) por meio de acesso a sua plataforma (Front-end).
- 1.1.2.5 Todas as informações geradas a partir dos processos descritos acima devem ser disponibilizadas aos sistemas da Caixa via API, ou qualquer outro meio disponível e permitido pela instituição, entrega de relatório em arquivo com extensão CSV e também relatório em PDF, contendo a representação gráfica (mapa) das áreas e suas sobreposições.
- 1.1.2.6 A comunicação com os sistemas da Caixa para obtenção das informações necessárias à realização dos processos (nº do CAR, coordenadas de glebas, etc.) deve ser feita de forma automática, via API ou qualquer outro meio disponível e permitido pela instituição.

- 1.1.2.7 A comunicação com os sistemas da Caixa para carga das operações para realização dos processos deve ser feita de forma automática, em lote e individualmente, via API ou qualquer outro meio disponível e permitido pela instituição.
- 1.1.2.8 A solução deverá disponibilizar relatórios e painéis gerenciais (dashboard) demonstrativos contendo status dos processos de fiscalização e monitoramento, com possibilidade de pesquisa considerando REFBACEN, código do contrato, nome e/ou CPF/CNPJ do mutuário e código do CAR.
- 1.1.2.9 No caso do monitoramento a solução de TI deve possibilitar a gestão da atividade de monitoramento.
- 1.1.2.10 Prover monitoramento das operações de crédito rural, considerando as diversas ferramentas e técnicas disponíveis no mercado com aplicabilidade para o crédito rural, compreendendo toda a carteira de operações ativas, conforme atualização das bases de informações utilizadas.
- 1.1.2.11 A solução deve disponibilizar um painel com a listagem das operações monitoradas com alerta de irregularidade.
- 1.1.2.11.1 O motivo do alerta deve estar evidenciado, possibilitando o acesso ao relatório de monitoramento da operação onde constaria as demais informações do monitoramento.
- 1.1.2.12 A solução deve apresentar a quantidade de alertas a tratar e a quantidade de alertas já tratados no âmbito do monitoramento.
- 1.1.2.13 A ferramenta deverá possibilitar a impressão de relatório socioambiental com todas as informações da operação, com o destaque ao item que gerou o alerta.
- 1.1.2.14 A ferramenta deverá possibilitar a parametrização de regras considerando os módulos de fiscalização e monitoramento sem a necessidade de abertura de demandas tecnológicas complexas.
- 1.1.2.15 A solução deve compreender, resumidamente, as etapas e parâmetros a seguir:
- 1.1.2.16 Plataforma que apresente a possibilidade de inserção de dados geoespaciais em sistema de coordenadas geográficas ou projetadas e *Datum* de referência.
- 1.1.2.17 Deverá apresentar uma base de mapas geoespaciais para visualização suporte e possibilidade de inserção de arquivos do tipo vetorial para representação de pontos, linhas e polígonos, estes podendo ser apresentados nas extensões kml, kmz, shp ou CAD.
- 1.1.2.18 A ferramenta deverá permitir a intersecção destes arquivos, sua edição, bem como possibilidade de apresentação de calculadora de campo básica, por exemplo, para a representação de nível de convergência e área dos polígonos criados.
- 1.1.2.19 A solução deverá prever uma ferramenta para análise por sensoriamento remoto das glebas financiadas considerando o atendimento dos itens obrigatórios do Manual de Crédito Rural que são empregados no item 2-7-4-a deste mesmo documento.
- 1.1.2.20 A solução deverá prever a possibilidade de plotar as glebas sobre raster de declividade, como o raster disponível em: https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas/mapas-em-shapefile/declividade_relevo_ibge_embrapa_srtm.rar/view
- 1.1.2.21 Imagens com resolução espacial mínima de 10m, priorizando-se as melhores resoluções disponíveis, sendo este requisito essencial, pois influencia diretamente na precisão do resultado da análise e verificação de área plantada, presença de galpões e artefatos (exigidos na valoração de imóveis) ou até isolamento de áreas não destinadas à produção dentro da área designada ao financiamento contratado, como

áreas de preservação permanente ou reservas florestais. Será considerado como item diferencial as empresas que apresentarem melhores resoluções.

- 1.1.2.22 A resolução temporal deve ser menor ou igual a 5 dias, garantindo o maior nível de detalhe para análise, considerando a sazonalidade ambiental, extensão territorial e diversidade climatológica do país.
- 1.1.2.23 A resolução espectral mínima exigida é de 4 bandas sendo estas, Azul (455 – 515nm), Verde (500 – 590nm), Vermelho (590 – 670nm) e NIR (780 – 860nm), sendo o desejável Azul Costal (431-45 nm), Azul (465-515nm), Verde I (513 - 549nm), Verde (547 - 583nm), Amarelo (600-620nm), Vermelho (650 - 680nm), Borda do Vermelho (697 - 713nm) e NIR (845 - 885nm).
- 1.2.1.11.1 O número de bandas é importante para a aplicação dos índices de vegetação. Quanto maior o número de bandas disponíveis no sensor, maior sua combinação e mais índices com controles diferentes poderemos utilizar. Hoje utilizamos os seguintes índices:
- i. “Cor natural”, bandas R/G/B. Índice de bandas visuais que combinam as cores básicas ao sistema do olho humano. Utilizado para verificações a olho nu.
 - ii. “NDVI – Índice de Vegetação da Diferença Normalizada”, bandas R/NIR. Utilizado no monitoramento de secas, predição de produção agrícola e demonstração de biomassa relativa.
 - iii. “ARVI – Índice de Vegetação Atmosfericamente Resistente”, bandas R/B/NIR. Considerado um NDVI “melhorado”, utilizado com a mesma função já descrita, porém em áreas que necessitem de correção atmosférica, a exemplo de áreas tropicais.
 - iv. “EVI – Índice de Vegetação Ampliado”, bandas R/B/SWIR. Este amplia o sinal de vegetação por meio de sensibilidade em regiões de alta biomassa e redução de influências atmosféricas.
 - v. “Terra/Água”, bandas R8/SWIR1/R. Distingue água de terra através de combinação de falsa cor. Muito utilizado, por exemplo, em casos de fenômenos naturais que causem alagamentos, enchentes e inundações.
 - vi. “NDWI – Índice de Água de Diferença Normalizada”, bandas G/NIR. Este índice elimina solo e vegetação e estima corpos aquáticos.
 - vii. “Índice de Desmatamento”, bandas G/WV(vapor de água)/SWIR1/SWIR2 utilizado para identificação de desmatamento através de detecção de mudança.
- 1.1.2.24 Resolução radiométrica mínima permitida será de 12bits, ou seja, é necessária uma distinção de 4096 níveis de cinza para o detalhamento da imagem, pois determina o quanto o sensor conseguirá captar de variações sutis dentro do universo terrestre.
- 1.1.2.25 Atendimento dos requisitos técnicos contidos no MCR 2-7-3, para o qual é citada a utilização de imagens de radar. Importante salientar que a possibilidade de utilização desta ferramenta permitirá maior precisão de monitoramento já que pode penetrar na vegetação e trazer informações mais precisas sobre estrutura do solo e níveis de umidade independentemente de condições climáticas e da luz do dia.
- 1.1.2.26 Detecção de estresse hídrico, diferenciação, distribuição e densidade de culturas, monitoramento de áreas propensas a inundações e deslizamentos de terras, informações sobre textura e composição do solo.
- 1.1.2.27 O pré e pós processamento da imagem, que existindo ou não, deverá estar descrito no processo:
- I. A ferramenta deve oferecer imagens corrigidas e calibradas considerando os parâmetros

- i) radiométricos, para conversão dos valores de intensidade de pixel bruto em reflectância no intuito de permitir comparações de dados entre diferentes sensores,
 - ii) atmosféricos, para remoção dos efeitos atmosféricos (aerossóis, gases, vapor d'água) das imagens permitindo que os dados representem mais precisamente as características da superfície,
 - iii) geométricos, para o alinhamento de imagens com um sistema de coordenadas geográficas específico no caso de necessidade comparativa a outros dados geoespaciais e
 - iv) ruídos, para aplicação de técnicas de filtragem para remoção de ruídos na imagem para aprimoramento de resolução e precisão.
- II. Calibração e correção radiométricas: Converte os valores de intensidade de pixel bruto em reflectância no intuito de permitir comparações de dados entre diferentes sensores. A correção trata de corrigir ângulo solar e desgaste do sensor.
- III. Correção atmosférica: Remove os efeitos atmosféricos (aerossóis, gases, vapor d'água) das imagens permitindo que os dados representem mais precisamente as características da superfície.
- IV. Correção geométrica: Alinha imagens com um sistema de coordenadas geográficas específico no caso de necessidade comparativa a outros dados geoespaciais.
- V. Filtro de ruído: Aplica técnicas de filtragem para remoção de ruídos na imagem para que estas possam se apresentar mais claras e precisas.
- VI. É importante, portanto, que os indícios acima sejam verificados antes da disponibilização do tratamento empregado.
- VII. Além destes, os processamentos efetuados nas imagens disponibilizadas deverão ser criteriosamente descritos, antes mesmo de serem empregados os índices de bandas. São eles:
- i) Realce de imagem por contraste: Importante para destaque de detalhes. Exemplo: Aumento do realce da cor branca na detecção de palha em lavoura e telhados metálicos.
 - ii) Equalização de histograma: Redistribuição de valores de intensidade na imagem.
 - iii) Filtragem espacial: Utilização de filtros que realcem ou suavizem detalhes. Exemplo: Realce de bordas no caso de terraceamento.
 - iv) Composição colorida: Método utilizado para visualização de dados em diferentes bandas espectrais. A escolha destas bandas torna crucial a revelação de informações que não são facilmente visíveis em imagem monocromática.
 - v) Classificação de imagem: Categorização de pixels em classes ou diferentes tipos de recobrimento de terra.
 - vi) Detecção de mudança: Deve estar disponível para verificação do analista no caso de estudo de séries temporais. É a possibilidade de comparar diferentes períodos e identificar mudanças, podendo subtrair os apetrechos da imagem e equalizá-las em valores matemáticos.

- vii) Modelagem e simulação: Técnicas avançadas que criam representações digitais detalhadas do ambiente para a simulação de fenômenos naturais ou artificiais.
- viii) Análise temporal (time-lapse): Possibilidade de identificar tendências e padrões ao longo do tempo, bem como demonstrá-los.

VIII. A aplicação dos itens acima deverá ser realizada a partir de integração de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) com algoritmos que simulem os processos e tomem decisões estratégicas que utilizem a inteligência artificial, dos cenários possíveis de utilização relacionamos alguns (não é restritiva):

- Monitoramento ativo de evolução de plantio e verificação de enquadramento no ZARC;
- Monitoramento ativo da evolução do empreendimento com emissão de alertas para ocorrências que possam vir a prejudicá-lo;
- Monitoramento ativo ocorrências climáticas de grande impacto em extensão e danos; e
- Monitoramento ativo de parâmetros da PRSAC passíveis de monitoramento.

1.1.2.28 Outras exigências mínimas:

- I. A disponibilização dessas imagens em dados raster deverá ser entregue em formato “geotiff” para preservação das informações geométricas e georreferenciadas, não podendo ser disponibilizadas em formato fotográfico a exemplo do JPEG, que não permite interpolação dos dados em camadas. Quanto aos dados vetoriais, estes deverão ser disponibilizados em formato COG, GeoPackage, Shapefile, kml ou kmz. Todos estes dados devem ser compatíveis com Sistemas de Informação Geográfica (SIG) livres.
- II. Não poderá existir limite máximo de imagens a serem consultadas ou disponibilizadas pela ferramenta, já que casos como tipos diferenciados de culturas, região com nuvens, bem como outros fatores, exigirão precisão maior na etapa de aquisição.
- III. Disponibilizar à Caixa os metadados contidos em todas as imagens utilizadas a nível de exigência do BACEN. Além disso, o órgão exige que todo o rol de informações utilizadas no processo seja armazenado para futura consulta, caso necessário. Portanto, exige-se ferramenta que disponha de armazenamento em nuvem para os dados já adquiridos e processados.
- IV. Possibilidade de cruzamento de dados obtidos pelas imagens com dados de produtividade adquiridos em bases públicas ou privadas de confiança, que tenham como foco informações de área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio de lavoura e precificação média do produto.
- V. Apresentar dados de balanço hídrico por região retirados de sistemas públicos de meteorologia (INMET, CPTEC, SNIRH, entre outros). São estes dados:
- VI. Conferência automática das informações de plantio coletados com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) durante processamento da fiscalização ou monitoramento.

- VII. Garantir a precisão e exatidão dos dados coletados, demonstrando a metodologia de calibração e validação destes sensores, bem como apresentar o protocolo de controle de qualidade dos dados.
 - VIII. Capacidade de reagir a demandas emergenciais sendo mandatário o detalhamento de frequência e horário de aquisição dos dados.
 - IX. Disponibilizar suporte técnico e comprovação de capacitação de equipe técnica para atendimento e resolução de problemas.
 - X. Deverá disponibilizar acesso às imagens, gráficos dos índices demonstrados por período e sensor, ferramenta de detecção de mudança com opção de cálculo, ferramenta de agregador capaz de calcular o percentual matemático e físico dos índices e customização de bandas.
 - XI. Comprovação de experiências anteriores e realização de projetos similares, bem como equipe técnica qualificada e com experiência na área.
 - XII. Apresentar conformidade com legislações e normas vigentes no âmbito do sensoriamento remoto.
 - XIII. Disponibilidade para auditorias internas e externas.
- 1.1.2.29 A análise e geração de relatórios de monitoramento por meio de informações geoespaciais, deverá considerar os seguintes parâmetros:
- Mutuário
 - Lista de trabalho análogo ao escravo no CPF
 - CND Ibama (mutuário)
 - Propriedade declara no CAR, gleba beneficiada e, quando houver, polígono total registrado no SIGEF.
- 1.1.2.30 Informações atuais do demonstrativo do CAR:
- Situação cadastro;
 - Condição cadastro;
 - Situação da reserva legal
 - Área total em hectares;
 - Restrições; e
 - Histórico do cadastro de CAR para a propriedade.
- 1.1.2.31 Sobreposições:
- Embargos no Ibama
 - Embargos no ICMBIO
 - Embargos Estaduais
 - Área indígena, quilombolas, assentamentos, unidade de conservação e sobreposição com outras áreas de Vegetação Nativa, Área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente
 - Florestas Nacionais Tipo B
 - Análise de supressão de Área de Vegetação Nativa, Área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente.
 - Mapeamento do empreendimento financiado
 - Área Total
 - Área Consolidada
 - Área da Propriedade Beneficiada
 - Área de Reserva Legal (ARL)

- Área de Vegetação Nativa
- Área de Vegetação Nativa Suprimida
- Área de Vegetação Nativa em Recuperação
- Área de Preservação Permanente (APP) e suas subclasses: cursos d'água, nascentes, veredas, corpos d'água e recomposição
- Presença de culturas anuais considerando os seguintes parâmetros
- Cultura identificada
- Área plantada (ha) da cultura identificada
- Área plantada (ha) de cultura(s) diversa(s)
- Data início de plantio
- Data fim de plantio
- Produtividade estimada (da cultura identificada)
- Estágio evolutivo da cultura identificada
- Alerta de proximidade à colheita
- Data de início de colheita
- Data fim de colheita
- Eventos climáticos adversos.
- Presença de culturas perenes considerando os seguintes parâmetros
- Cultura identificada
- Área plantada (ha) da cultura identificada
- Área plantada (ha) de cultura(s) diversa(s)
- Data início de plantio, quando for formação da cultura.
- Data fim de plantio, quando for formação da cultura.
- Data de início de colheita, no caso de cana-de-açúcar.
- Data fim de colheita, no caso de cana-de-açúcar.
- Eventos climáticos adversos.
- Histórico de exploração da gleba beneficiada
- Cultura identificada (quando identificada)
- Eventos climáticos adversos (se houver).

- 1.1.2.32 Os parâmetros de data de início e fim de plantio e colheita, podem ser caracterizados em função de estimativas, a partir das imagens coletadas sequencialmente, com variações máximas de até 5 dias.
- 1.1.2.33 A funcionalidade deve apontar a(s) parcela(s) cadastrada(s) no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) existentes em sobreposição com o CAR em questão.

ANEXO I-B
REQUISITOS TÉCNICOS

1. USABILIDADE

1.1 Todas as interfaces de usuários deverão ser do tipo GUI, altamente interativas, simples de usar, de maneira que o usuário não necessite de conhecimentos técnicos de TI para sua operação.

1.2 A Solução deve atender aos padrões visuais da CAIXA.

2. IDIOMA

2.1 A Solução ofertada deverá fornecer todas as interfaces de acesso dos usuários finais ao sistema no idioma português do Brasil.

2.2 Todos os relatórios disponibilizados pela Solução ofertada deverão estar no idioma português do Brasil.

2.3 Todos os artefatos gerados pela CONTRATADA deverão estar no idioma português do Brasil.

3. DESEMPENHO

3.1 A Solução deverá estar disponível para funcionamento ininterrupto (24X7).

3.2 A Solução deverá garantir disponibilidade de 99,99% no período de segunda a sexta-feira, das 10h às 19h.

3.3 A Solução deverá garantir disponibilidade de 98% nos demais períodos.

3.4 As interações com os clientes não poderão ter latência superior a 3 segundos, contados desde o final do comando dado pelo cliente até o início da resposta, independente do meio de acesso.

3.5 Permitir o acesso simultâneo da quantidade de usuários definida sem comprometimento de desempenho e/ou estabilidade.

4. MONITORAMENTO

4.1 A solução deverá possuir mecanismo de monitoração com geração de logs, evento para armazenamento de dados históricos de desempenho, falhas e disponibilidade da solução como um todo e de suas principais funcionalidades e componentes, contemplando integração com a Solução de monitoração a ser definida pela CAIXA.

5. LEGAIS

- 5.1 Estar aderente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018 e demais legislações vigentes.

6. ACESSIBILIDADE

- 6.1 A Solução deverá seguir os padrões W3C no que se refere a acessibilidade e compatibilidade com os navegadores.

7. INFRAESTRUTURA

- 7.1 Permitir minimamente segregação de ambientes para desenvolvimento, homologação e produção.
- 7.2 Permitir mecanismos de administração e monitoramento das instâncias que atendem a CAIXA gerando alertas automáticos integrados com a solução de monitoração e incidentes da CAIXA.
- 7.3 Disponibilizar painéis de gestão onde a CAIXA possa aferir o atendimento dos níveis de serviço prestados pela CONTRATADA incluindo integração com solução de telemetria, padrão REST API.
- 7.4 Possuir funcionalidade que permita aos usuários dos serviços a visualização completa da situação atual dos serviços, indicando se existem degradações, indisponibilidades, problemas e manutenções programadas, permitindo a integração com as ferramentas de monitoração da Caixa.
- 7.5 Todos os componentes da solução deverão ser licenciados para a CAIXA, seguindo o mesmo período de licenciamento, de forma a garantir o completo funcionamento da mesma.

8. ARQUITETURA

- 8.1 A Solução deve ter arquitetura em camadas privilegiando o aumento da coesão funcional e a diminuição do acoplamento, onde as seguintes diretrizes devem ser observadas:
- 8.2 A camada de dados é responsável pelo armazenamento de dados garantindo integridade, disponibilidade, confidencialidade e documentação.
- 8.3 A camada de dados deve ser acessada somente por componentes da camada de aplicação, sendo vetado o acesso direto às bases de dados por usuário ou pela camada de apresentação.
- 8.4 Em soluções com arquitetura cliente-servidor onde exista um cliente gordo (thick client) e uma base de dados centralizada o cliente não poderá acessar diretamente essa base de dados. É necessária uma camada de serviço centralizada entre o cliente e a base de dados.

- 8.5 A camada de aplicação é constituída de um conjunto de regras de negócio, e somente essa deve acessar a camada de dados.
- 8.6 A solução deve possibilitar que os eventos de inclusão, alteração e exclusão dos dados sejam registrados com o código do usuário que efetivamente gerou a transação, mesmo que a conexão ao banco de dados seja com usuário de serviço.
- 8.7 A camada de apresentação formata as informações e dados oferecidos pelo aplicativo para que sejam adequadamente apresentados no dispositivo de acesso utilizado pelo usuário.
- 8.8 Para o desenvolvimento da camada de apresentação deve ser privilegiado o uso da interface WEB.
- 8.9 Caso seja feito o uso da interface WEB na camada de apresentação, ela deve manter compatibilidade com os navegadores listados na PLATAFORMA TECNOLÓGICA CAIXA.

9. DOCUMENTAÇÃO

- 9.1 A CONTRATADA deverá fornecer a documentação de todos os serviços disponibilizados pela Solução, bem como os respectivos contextos de uso e formas de acesso.
- 9.2 Possuir guia prático sobre como utilizar as funcionalidades da solução, preferencialmente com tour guiado e vídeos, em idioma português do Brasil.
- 9.3 Realizar a transferência de conhecimento para que multiplicadores CAIXA possuam os conhecimentos necessários para utilização das soluções criadas ou já constantes nativamente na plataforma.
- 9.4 Disponibilizar materiais que serão utilizados na transferência de conhecimento em idioma português do Brasil.

10. COMPONENTES DE INTEGRAÇÃO SISTÊMICA

- 10.1 A Solução deve permitir a integração com os sistemas da Caixa de forma on-line, pelo menos por:
- API Rest.
 - WebService.
 - IBM MQ/JMS.
 - ISO8583.
- 10.2 A Solução deve permitir a integração com os sistemas da Caixa, através de processos batch, pelo menos por:
- Troca de arquivos com layout pré-definido.

10.3 A forma de integração com cada sistema é definida à critério da CAIXA.

11. VOLUME

11.1 A solução deverá permitir acesso simultâneo e descentralizado por usuários das mais variadas unidades dentro da CAIXA, sem limitação prévia de acessos, respeitando os critérios técnicos de desempenho e segurança.

11.1.1 Para fins deste edital, entende-se que a licença da solução será concedida de forma corporativa, abrangendo toda a estrutura da contratante, sem limitação por número de usuários ou acessos.

11.1.2 O número de acessos simultâneos ou usuários cadastrados não está vinculado à quantidade de licenças, devendo a solução permitir o acesso por múltiplos perfis e unidades descentralizadas, conforme necessidade da contratante.

- Estimativa de 10 usuários com perfil master, com acesso completo às funcionalidades e à gestão da plataforma.
- Estimativa de 40 usuários com perfil operacional, com acesso restrito às funcionalidades necessárias à execução das atividades, conforme determinado pelo perfil master.
- Estimativa de 2000 usuários com perfil de consulta, com acessos restritos às funcionalidades determinadas pelo perfil master.

11.1.3 A solução deve conter capacidade de delegação de permissões por unidade administrativa, respeitando a estrutura organizacional da contratante.

11.1.4 Deve dispor de registro e rastreabilidade das ações realizadas por cada perfil, para fins de auditoria e segurança.

11.2 As operações de crédito rural da CAIXA possuem uma área média individual estimada em 411 hectares (estimativa realizada com base no ano safra 24/25).

12. OUTROS

12.1 A Solução deverá ter o tempo sincronizado com a hora legal brasileira ou de acordo com fuso horário definido pela CAIXA.

ANEXO I-C**FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO****1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 1.1. As atividades para ativação da **ferramenta para gestão de compliance de operações de crédito para Agronegócio** deverão iniciar mediante solicitação da CONTRATANTE, conforme etapas descritas neste documento, que compreendem todas as atividades necessárias à sua disponibilização, integrações, customizações iniciais, parametrizações e a migração das informações legadas e demais atividades necessárias ao pleno funcionamento da Solução.
- 1.2. As integrações e customizações iniciais são aquelas para o uso inicial da Solução consistindo na criação e implementação de interfaces com a CONTRATANTE e parceiros, bem como as customizações para atendimento ao escopo definido para a fase de ativação descrita neste documento.
- 1.3. A Solução ofertada deverá ser a mesma daquela analisada na fase de qualificação técnica do certame, não sendo admitidas alterações dos produtos previamente avaliados pela CONTRATANTE.
- 1.4. Para execução do contrato será adotado o modelo de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade, que define a CAIXA como responsável pela gestão do contrato e pelo ateste da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos serviços entregues, e a CONTRATADA como responsável pela execução operacional dos serviços, gestão de recursos humanos, de infraestrutura de hardware e software necessários para atendimento do contrato.
- 1.5. Esse conceito define a CAIXA como responsável pela gestão do contrato e pelo ateste da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues, e a CONTRATADA como responsável pela execução operacional dos serviços e gestão dos recursos humanos e físicos a seu cargo.
- 1.6. Caberá à CONTRATADA dimensionar corretamente suas equipes de forma a cobrir todos os turnos de trabalho de acordo com o respectivo volume de demandas/atendimentos, mantendo a qualidade e os níveis de serviço exigidos em quaisquer datas/horários, bem como os clientes, usuários e parceiros assistidos sobre todos os aspectos.
- 1.7. Para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica plenamente capacitada para executar as atividades dentro dos prazos previstos.

- 1.8. Caberá a CONTRATADA dimensionar a estrutura necessária, o perfil e a qualificação dos seus profissionais, com vistas a atender as necessidades da CAIXA, tendo como base as características, a especificidade dos serviços e as atividades a serem executadas.
- 1.9. Os profissionais da CONTRATADA exercerão suas atribuições sob gestão direta e exclusiva dos PREPOSTOS da CONTRATADA.
- 1.10. A CONTRATADA se obriga a manter PREPOSTOS nos locais onde serão executados os serviços, para o atendimento imediato das solicitações, com a responsabilidade pelo pleno gerenciamento e execução dos serviços, pelo controle das entregas no prazo definido e pela distribuição das tarefas entre as equipes.
- 1.11. O PREPOSTO será o principal responsável por fazer a ligação entre a CONTRATADA e a CAIXA e deve ser apresentado na data de Assunção dos Serviços.
- 1.12. Todas as demandas serão solicitadas pela CAIXA à CONTRATADA por ferramenta de gestão da CAIXA e/ou outro recurso que venha a ser definido, contendo informações necessárias para sua realização.
- 1.13. A execução dos serviços será gerenciada pela CONTRATADA, que fará o acompanhamento da qualidade e dos níveis mínimos de serviços alcançados, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo.
- 1.14. A CAIXA também deverá fiscalizar a execução dos serviços prestados, atendo-se fielmente aos parâmetros de qualidade e respectivos níveis de serviço especificados no edital.
- 1.15. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviços acordados devem ser imediatamente comunicados à CAIXA.
- 1.16. A cada solicitação dos serviços, a CONTRATADA deverá avaliar se as informações constantes são suficientes para a execução das atividades solicitadas. Caso as informações não sejam suficientes, a CONTRATADA deverá solicitar as complementações pertinentes.
- 1.17. Qualquer inviabilidade detectada no atendimento da demanda deverá ser comunicada formalmente à CAIXA por meio da ferramenta de gerenciamento de demandas ou pelo mesmo meio recebido com o registro do resultado da avaliação, descrição da inviabilidade encontrada e sugestão para retificações.

- 1.18. Caso a CAIXA julgue improcedente a manifestação/comunicação da CONTRATADA quanto à inviabilidade no atendimento, permanecerá o prazo inicial definido.
- 1.19. Para efeito de aceitação pela CAIXA dos serviços prestados pela CONTRATADA, serão considerados realizados e atendidos aqueles serviços entregues que estiverem em conformidade com as especificações e com o CONTRATO.
- 1.20. A conformidade da execução das atividades visa verificar de forma inequívoca a integridade, corretude, completeza, sequência, prazo, tempestividade e geração de produto.
- 1.21. Eventuais atrasos em atividades que estejam sob responsabilidade da CAIXA, não serão imputados à CONTRATADA.
- 1.22. A CONTRATADA deverá manter ao longo do contrato todas as condições que garantiram sua habilitação e qualificação no processo licitatório.
- 1.23. Nenhuma regra, condição ou referência externa ao contrato será considerada para regular a sua execução, valendo, para tanto, os estritos termos transcritos no contrato e seus anexos, inclusive neste instrumento. A CONTRATADA deverá manter ao longo do contrato todas as condições que garantiram sua habilitação e qualificação no processo licitatório.
- 1.24. A CONTRATADA deverá garantir a atualização tecnológica da solução durante o período de vigência do contrato. No caso de descontinuidade da solução, a CONTRATADA deve substituir a solução por outra que atenda aos processos de negócios em uso e sem ônus para a CAIXA.
- 1.25. A CONTRATADA deverá manter a CAIXA informada sobre as datas previstas de fim do suporte e descontinuidade de versões dos softwares fornecidos para atendimento às especificações técnicas previstas com, no mínimo, 180 dias de antecedência, sob pena de enquadramento nas sanções previstas para descumprimento de obrigação contratual.
- 1.26. Deve ser apresentada declaração/certificação da LICITANTE de que está apta e autorizada pela fabricante da solução a prestar suporte técnico e atualização tecnológica de forma a realizar plenamente os serviços especificados no termo de referência, bem como de que dispõe de aparelhamento e equipe técnica, adequados para a execução dos serviços objeto deste edital, utilizando-se de técnicos treinados e certificados pelo fabricante dos produtos, durante todo o período de vigência do contrato.

- 1.27. A Solução deverá adequar-se a todo e qualquer requisito já definido ou que venha a ser definido pelos Órgãos competentes e/ou convenção celebrada pelas instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional, sem custo adicional à CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato.
- 1.27.1. Neste caso, o prazo para conclusão da adequação da Solução corresponderá ao prazo limite definido pelo Órgão Regulador Externo.
- 1.28. Todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA à CONTRATANTE ou empresa por ela designada durante a execução do contrato.
- 1.29. Neste caso, todos os dados, configurações e jornadas construídas ao longo do contrato deverão ser passíveis de migração entre fornecedores, devendo, ainda, a CONTRATADA disponibilizar equipe para providenciar junto à CONTRATANTE e eventual novo fornecedor, plano e operação assistida na efetiva migração.
- 1.30. A CONTRATADA deverá estar disponível para reuniões sempre que a CONTRATANTE requisitar.
- 1.31. Todos os custos referentes ao fornecimento da Solução e à prestação dos serviços contratados, incluindo aqueles referentes à infraestrutura de nuvem, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 1.32. É responsabilidade da CONTRATADA a homologação de todos os componentes da Solução, assim como registro de softwares e licenças necessárias, junto aos órgãos pertinentes, de maneira a garantir a conformidade, a padronização e a interoperabilidade entre todos os componentes e sistemas envolvidos na SOLUÇÃO.
- 1.33. A Contratada fica obrigada a participar de pesquisa de avaliação de desempenho da execução contratual, que poderá ser realizada, a critério da CAIXA, no decorrer da vigência contratual, podendo abordar aspectos tais como:
- Qualidade dos produtos/serviços;
 - Qualificação dos profissionais;
 - Execução das atribuições do gerente e/ou preposto do contrato;
 - Aspectos de negociação;
 - Cumprimento de ações de melhorias;
 - Satisfação geral;
 - Outros aspectos relativos à execução do contrato.
- 1.33.1. Havendo a avaliação de desempenho, a CAIXA informará o conceito obtido pela Contratada e poderá indicar a necessidade de apresentação de Plano de Melhoria pela Contratada, caso ela obtenha avaliação inferior ao limite definido pela Contratante e previamente informado à Contratada.

- 1.33.2. O Plano de Melhoria, a ser homologado pela CAIXA, deve propor ações objetivas e com prazos determinados, com vistas a elevar o desempenho da Contratada.
- 1.33.3. Quando definida a necessidade de apresentação do Plano de Melhoria, o não atendimento no prazo estabelecido pela CAIXA sujeitará a Contratada às sanções previstas no Contrato.

2. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1. O presente contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº. 13.303/2016.

3. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. As atividades que exigirem atuação *in-loco* da CONTRATADA deverão ser realizadas em unidades da CONTRATANTE em Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Brasília/DF ou em outra localidade previamente comunicada no decorrer do contrato.

| UF | Endereços dos prédios administrativos CAIXA |
|-----------|---|
| RJ | Rua do Passeio, 38/40 – Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20021-290. |
| SP | Av. Dr. Martin Luther King, 762, Jd. Umuarama, Osasco-SP, CEP: 06030-900. Av. Guido Caloi, 1000, Jd. São Luís, São Paulo – SP – CEP 05802-140. Largo da Concórdia, 211, Brás, São Paulo – SP – CEP 03012-010. Av. Paulista, 750, São Paulo – SP – CEP 01310-100. |
| DF | CTC: SIG – Quadra 01 – Lote 685/705 - Setor de Indústrias Gráficas – Brasília - DF DTC: Parque Tecnológico Capital Digital Lote 3, S/N - Granja do Torto – Brasília – DF Matriz I – Setor Bancário Sul, Q. 4, LT 3/4, Asa Sul, Brasília – DF - CEP 70070-140 Matriz II – Setor de Autarquias Sul, Q. 3 - Asa Sul, Brasília – DF - CEP 70297-400 Matriz III – Setor Bancário Sul, Q. 1, BLC L – Asa Sul, Brasília – DF – CEP 70070-110 Matriz IV - SEPN 512 CJT C LOTE 9/10 – Asa Norte, Brasília – DF – CEP 70760- 500 |

4. SERVIÇOS PRESTADOS

4.1. SETUP (SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO)

- 4.1.1. O SETUP consiste em executar as atividades necessárias para implantação da solução e de seus módulos e componentes, resultando em seu pleno funcionamento, de acordo com os requisitos e volumetria estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

- 4.1.2. Contempla todas as ações necessárias para ativação, integração, parametrização, customização e disponibilização da Solução.
- 4.1.3. O setup terá duração máxima de 02 (dois) meses, devendo a CONTRATADA se programar para atendimento nesse prazo.
- 4.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar declaração assinada pelo fabricante comprovando que possui autorização para comercialização das licenças/subscrição, bem como prestar suporte técnico e prover atualizações da solução ofertada.
- 4.1.5. A CONTRATADA deverá apresentar relatório do Fabricante comprovando a ativação das licenças em conformidade com o período de vigência do contrato, como condição do aceite do licenciamento da Solução pela CAIXA.
- 4.1.6. As etapas do setup, descritas a seguir, poderão ser revistas e/ou alteradas pela CAIXA, durante o planejamento da implementação, de forma a refletir as necessidades, detalhes e particularidades da Solução.
 - 4.1.6.1. **Etapas 1: Planejamento - Elaboração do plano de ativação da Solução**
 - 4.1.6.1.1. Consiste em disponibilizar à CAIXA um plano de ativação da Solução que deverá detalhar todas as ações, atividades, entregas e serviços necessários para o atendimento integral aos requisitos funcionais e técnicos definidos no Termo de Referência e seus anexos, bem como à volumetria estabelecida, incluindo as etapas de levantamento de necessidades de integrações iniciais, customizações e jornadas.
 - 4.1.6.1.2. A CONTRATADA deverá acionar a CAIXA para obter as informações que sejam necessárias para elaboração do plano de ativação.
 - 4.1.6.1.3. Em até 01 (um) mês a partir da solicitação da CAIXA a CONTRATADA deverá elaborar e entregar à CAIXA o plano de ativação devendo estar aderentes aos marcos de entrega definidos no Anexo I-A Requisitos Funcionais e Não Funcionais e Anexo I-C Integrações Previstas na Implantação da Solução.
 - 4.1.6.1.4. O plano de ativação deverá conter a descrição formal e detalhada das atividades (inclusive aquelas relacionadas às integrações iniciais necessárias à ativação da solução), recursos envolvidos e prazos para execução das atividades.
 - 4.1.6.1.5. O plano de ativação deverá ser elaborado pela CONTRATADA e entregue para a equipe de projeto da CAIXA, sendo responsabilidade da CONTRATADA agendar reuniões com a equipe da CAIXA para obter as informações necessárias para elaboração do documento, bem como promover quaisquer ajustes ou adequações que lhe forem solicitadas. Este documento será submetido à aprovação de CAIXA.

- 4.1.6.1.6. Caso se verifique algum fato novo, não previsto por ocasião da elaboração original do plano de ativação, e que justifique a sua revisão, este poderá ser revisto e/ou alterado pela CAIXA.
- 4.1.6.1.7. A etapa será considerada concluída após aprovação e ateste do plano de ativação pela CAIXA ou por profissional por ela contratado para este fim.
- 4.1.6.2. **Etapa 2: Execução do plano de ativação da Solução**
- 4.1.6.2.1. A execução desta fase considera o plano de trabalho aprovado na Etapa 1, que contém cronograma com a programação detalhada de todas as atividades a serem desenvolvidas pela CONTRATADA para consecução dos serviços descritos, que deve considerar todos os módulos, estudos e execução de integrações, análise e documentação dos processos de negócio, configuração, parametrização da solução, homologação, migração de bases legadas, implantação e transferência de conhecimento para a equipe que fará a operacionalização dos processos implantados na solução.
- 4.1.6.2.2. Disponibilização dos componentes configurados na solução e disponível em ambiente de homologação para a equipe responsável realizar os testes e homologação da solução. Todos os requisitos devem estar presentes, assim como os processos de negócio com a documentação das funções definidas, podendo para isso, inclusive, utilizar a ferramenta de modelagem de processos da CAIXA. Essa documentação servirá de base para a configuração, customização, implementação, testes e transferência de conhecimento.
- 4.1.6.2.3. Eventuais soluções complementares, correções e/ou adequações da plataforma realizadas durante esta fase não terão custos adicionais para a CAIXA e serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.1.6.2.4. A CONTRATADA disponibilizará quantidade de profissionais suficientes e capacitados para realizar as integrações e customizações nos aplicativos para que estes possam atender as necessidades CAIXA.
- 4.1.6.2.5. Nesta Etapa, a CONTRATADA deverá executar o piloto no ambiente de produção para que os usuários finais possam utilizar e validar a Solução com todos os requisitos necessários em funcionamento.
- 4.1.6.2.6. Dentro do prazo estabelecido para esta etapa, caberá à CONTRATADA formalizar a sua finalização à CAIXA, por meio de um relatório de conclusão detalhado, evidenciando o atendimento desta etapa e conseqüentemente a entrega da solução.
- 4.1.6.2.7. O documento de Ateste de verificação será produzido pela CONTRATADA, e emitido para a aprovação dessa fase pela CAIXA.

- 4.1.6.2.8. Caberá a CAIXA determinar, com a devida antecedência, a melhor data para a Implantação da solução em produção, considerando, por exemplo, as datas críticas de fechamentos mensais ou trimestrais.
- 4.1.6.2.9. O Prazo limite para conclusão da Etapa 2 é de até 01 (um) mês contado a partir da conclusão da Etapa 1, podendo ser prorrogado a critério e/ou necessidade da CAIXA.
- 4.1.6.2.10. A critério da CAIXA, as funcionalidades e integrações previstas neste Termo de Referência e seus anexos poderão ser reajustadas a critério e/ou necessidade da CAIXA.

4.2. DISPONIBILIZAÇÃO DA PLATAFORMA COM GARANTIA DE SUSTENTAÇÃO

- 4.2.1. Consiste em prestar todo e qualquer serviço necessário para manter a Solução em produção e perfeito funcionamento, incluindo a manutenção dos módulos e o suporte funcional da ferramenta, de forma a preservar a utilização plena da Solução.
- 4.2.2. Consiste ainda em reparar falhas, erros e inconsistências, solucionar incidentes em definitivo, aplicando solução de contorno quando necessário, analisar, detalhar e solucionar problemas, monitorar, prestar suporte durante testes e validação de novas versões e atualizar a solução.
- 4.2.3. Os serviços deverão ser prestados em português do Brasil e, caso seja necessário suporte em idioma diferente, a CONTRATADA deve disponibilizar técnico para intermediar a comunicação.
- 4.2.4. Toda e qualquer intervenção realizada pelas equipes da CONTRATADA e que possa causar indisponibilidade da Solução, mesmo que parcial, deve ser executada somente mediante prévia notificação à CONTRATANTE, contendo informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela CONTRATADA.
- 4.2.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso nos ambientes de operação da solução para a CONTRATANTE portanto o acesso aos ambientes deverá se dar de forma compartilhada.
- 4.2.6. A CONTRATADA deverá dispor de recursos para monitoramento de disponibilidade e desempenho da solução, que deverá funcionar 24 x 7 e ser capaz de gerar indicadores relacionados à disponibilidade, desempenho e atendimento aos níveis de serviço acordados, bem como comunicar um alerta quando a Solução estiver indisponível, ainda que parcialmente.
- 4.2.7. O serviço de Sustentação compreende:
- Manter a Solução
 - Suporte funcional da ferramenta.
 - Atualização Tecnológica
- 4.2.8. **Manter a Solução**

- 4.2.8.1. Consiste na execução das atividades necessárias para garantir o pleno funcionamento da Solução, incluindo operação, monitoração, manutenção, correção, atualização e evolução necessárias para seu correto funcionamento.
- 4.2.8.2. Inclui a prestação de assistência especializada aos técnicos da CONTRATANTE, orientando-os quanto ao planejamento, homologação de processos, produção, monitoração, segurança da informação, identificação e correção de problemas e incidentes, execução de eventuais alterações nas rotinas da Solução, correção e atualização tecnológica.
- 4.2.8.3. Deverá ser prestado remotamente de forma ininterrupta 24 x 7 x 365 por especialistas da CONTRATADA com notório conhecimento da Solução e serviços ofertados.
- 4.2.8.4. A CONTRATADA deverá, em conjunto com os técnicos da CONTRATANTE:
- Orientar e atuar no planejamento e análise do processamento da Solução;
 - Orientar e monitorar a qualidade e níveis de serviços com vistas a propor eventuais ajustes e correções;
 - Orientar e resolver problemas ocorridos na Solução;
 - Orientar e realizar a monitoração da Solução e ambiente de produção, garantindo o atendimento dos níveis mínimos de serviço;
 - Orientar e comunicar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes identificados;
 - Orientar e realizar a manutenção de rotinas de apoio aos processos em produção da Solução;
 - Orientar e realizar a atualização dos processos de automatização de rotinas;
 - Orientar e realizar a atualização das rotinas de produção da Solução, mantendo a documentação atualizada;
 - Orientar e realizar as atualizações das rotinas de recuperação, reinício de processos, fluxos produtivos e rotinas eventuais, mantendo a documentação atualizada;
 - Orientar e realizar a atualização das rotinas de *backup* e *recovery* de catálogos, bases de dados, tabelas, arquivos, programas e demais informações da Solução, nos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção, mantendo a documentação atualizada;
 - Propor e executar medidas para correção de quaisquer incidentes/problemas ou deficiências observadas na produção da Solução;
 - Orientar, elaborar e analisar os relatórios de desempenho da Solução, com emissão de pareceres;
 - Orientar e executar a instalação de atualizações e correções da Solução;
 - Orientar e realizar o diagnóstico de problemas e ocorrências diárias da Solução;
 - Orientar, executar e acompanhar as tarefas de suporte;
 - Sugerir e implantar procedimentos para a Solução a fim de identificar problemas, analisar desempenho ou planejar capacidade;
 - Orientar, planejar e executar os testes de rotinas da Solução;
 - Prestar apoio e atendimento às equipes técnicas da CONTRATANTE;
 - Arcar com todos os custos e despesas com seus técnicos oriundos do deslocamento, passagens, estadia, alimentação, horas técnicas e outras despesas

diretas e indiretas, pelo período necessário para o atendimento de serviços de sustentação, com objetivo de detectar/solucionar problemas em ambiente de produção.

- Manter equipe de técnicos com conhecimentos específicos e capacitados a assistir aos técnicos da CONTRATANTE quanto ao planejamento das rotinas de produção da Solução.
- Elaborar os relatórios solicitados pela CONTRATANTE, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência e seus anexos.

4.2.9. Serviço de Suporte Funcional da Ferramenta

4.2.9.1. O serviço de suporte funcional da ferramenta consiste no atendimento aos chamados abertos pelos usuários da CONTRATANTE para reparação de falhas e/ou inconsistências detectadas, inclusive nas suas configurações, parametrizações, integrações e customizações, também se aplicam na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas, tratamento de problemas, de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento e utilização da Solução e dos seus módulos e componentes.

4.2.9.2. Será prestado de forma remota, conforme a necessidade da CAIXA, conforme prazos e horários de atendimento estabelecidos.

4.2.9.2.1. A definição da necessidade de prestação de serviço presencial caberá à CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA e será adotado nos casos em que a presença física for necessária para viabilizar determinado atendimento.

4.2.10. Atualização Tecnológica

4.2.10.1. O serviço de atualização tecnológica consiste no fornecimento de todas as versões, *features*, *releases*, *fixes* e *service packs*, de forma a manter a Solução permanentemente atualizada, bem como, no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados sem custo adicional para a CAIXA.

4.2.10.2. Contempla ainda, a atualização da Solução com relação às alterações dos padrões bancários e melhores práticas de mercado, normas, procedimentos operacionais e regulamentações específicas para a mitigação de riscos e vulnerabilidade de produtos, serviços e canais, bem como das operações de clientes.

4.2.10.3. As atualizações de natureza legal e regulamentar deverão ser disponibilizadas para a CAIXA em tempo hábil de serem testadas e implementadas no ambiente de produção antes do prazo inicial de vigência da nova regra, podendo a CONTRATADA ser penalizada pela não entrega da atualização da Solução em tempo hábil.

- 4.2.10.4. Os prazos definidos para repasse à CAIXA das versões, features, releases, fixes e service packs, assim como o fornecimento dos manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a sua plena utilização serão de no máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do seu lançamento sem qualquer custo adicional para a CAIXA, com exceção das atualizações de natureza legal as quais deverão ser disponibilizadas conforme descrito no item anterior.
- 4.2.10.5. Na atualização de versões, a CONTRATADA deverá garantir o apoio técnico necessário para executar a Solução com as últimas versões para o qual foram licenciados, sem ônus adicional para a CAIXA.
- 4.2.10.6. O fornecimento de nova versão não deverá inviabilizar os demais módulos da Solução.
- 4.2.11. Em caso de descumprimento dos prazos de atendimento para o serviço de atualização tecnológica, a CONTRATADA estará sujeita as sanções previstas no contrato.

4.3. INTEGRAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO (sob demanda)

- 4.3.1. O serviço de customização consiste em qualquer alteração ou complementação no código-fonte da Solução ou desenvolvimento de novos blocos ou módulos completos de código, relativos a novas funcionalidades, relatórios, melhorias, interfaces, integrações, formulários e telas para atendimento de requisitos técnicos e funcionais, bem como na atualização da respectiva documentação.
 - 4.3.1.1. Por customização entende-se qualquer esforço de adequação do produto padrão (*standard*) que não possa ser atendido via parametrização.
 - 4.3.1.1.1. Por parametrização entende-se quando os requisitos são atendidos sem a necessidade de alteração no código-fonte da Solução ou de desenvolvimento de novos blocos ou módulos completos de código, ou seja, o requisito está incorporado de forma nativa na Solução, podendo necessitar apenas de ajustes de parâmetros quando de sua ativação.
- 4.3.2. Caso a CONTRATADA execute os serviços de customização ao invés dos serviços que poderiam ser executados por meio de parametrizações, os valores pagos para as customizações deverão ser ressarcidos à CONTRATANTE.
- 4.3.3. As alterações por meio de customização só devem ser realizadas se mantidas as características originais da Solução e garantidas a continuidade e suporte.
- 4.3.4. Para a execução dos serviços de customização e integração, deverão ser observados as complexidades e mensurações nos Anexo I – Termo de Referência e seus anexos.

5. REGRAS DE ATENDIMENTO

5.1. Para Sustentação da Plataforma

5.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento (HELP DESK) para abertura e acompanhamento dos chamados de suporte funcional da ferramenta.

5.1.1.1. A CAIXA definirá o nível de atendimento do chamado quando da sua abertura junto à CONTRATADA.

5.1.1.2. A central de atendimento (HELP DESK) poderá ser acionada por meio de:

- Ligação telefônica gratuita ou local a partir de Brasília/DF;
- Mensagem de texto via WhatsApp;
- Sítio na Internet;
- E-mail;

5.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional, software para abertura e acompanhamento de chamados de serviços, consultas técnicas, acompanhamento de atendimento remoto e informes relacionados à solução.

5.1.2.1. No momento da abertura do chamado, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA, no mínimo, o seguinte:

- Nome do usuário;
- Unidade do usuário;
- Contato do usuário (telefone, e-mail);
- Relato do incidente/problema/dúvida;
- Envio de arquivos anexados com outras informações necessárias para o entendimento do chamado.

5.1.2.2. Na abertura do chamado, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro único para acompanhamento de cada chamado, devendo ser o mesmo para acompanhamento por telefone, WhatsApp, sítio na Internet e e-mail.

5.1.2.3. Caso requisitado pela CONTRATANTE, o sistema de controle de chamados da CONTRATADA deverá enviar e-mail automático comunicando a abertura, alteração e fechamento dos chamados.

- 5.1.2.4. A CONTRATADA deverá atualizar o chamado ao longo do seu atendimento, registrando todas as informações sobre as ações em andamento.
- 5.1.2.5. As informações referentes a chamados, incluindo providências e ações de resolução tomadas, devem ser armazenadas em sistema de controle de chamados da CONTRATADA, cujo acesso deve estar disponível à CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá realizar a transferência de conhecimento relacionado.
- 5.1.2.6. Nesse sentido, devem ser criadas contas de acesso para os usuários indicados pela CONTRATANTE, para fins de acompanhamento e auditoria de chamados, sendo possível a extração de relatórios compreendendo o período integral do contrato, permitindo informar intervalos de datas – dia, mês, ano.
- 5.1.3. Todos os prazos para atendimento dos chamados de sustentação começarão a ser contados de forma corrida a partir da abertura do chamado, inclusive, independentemente da forma de acionamento e só serão considerados terminados quando da aceitação da solução pela CAIXA.
 - 5.1.3.1. O termo “forma corrida” indica que a contagem de tempo se dará de maneira contínua sem interrupções, exceto aquelas que sejam provocadas pela CAIXA.
 - 5.1.3.2. Ao final do atendimento do chamado a CONTRATADA realizará, em conjunto com empregados da CONTRATANTE, testes para verificação dos resultados obtidos e ateste da efetividade da solução apresentada.
 - 5.1.3.2.1. Ao término dos testes a CONTRATADA deverá deixar registrado no chamado as causas da ocorrência, as ações realizadas para a resolução, as evidências de teste, o roteiro de teste e o nome do empregado CONTRATANTE que atestou a resolução.
 - 5.1.3.2.2. A CONTRATADA somente realizará o fechamento do chamado após o sucesso nos testes realizados em conjunto com a CONTRATANTE.
 - 5.1.3.3. Os níveis de serviço descritos abaixo devem ser cumpridos no atendimento dos chamados abertos junto ao suporte técnico remoto (HELP DESK):

| Tipo do chamado | Criticidade | Período de atendimento | Tempo máximo para início do atendimento | Tempo máximo de solução |
|--|---|------------------------------|---|-------------------------|
| Suporte funcional da ferramenta | Severidade 1 Solução está parada ou fora de funcionamento e não há meios de contornar a falha. Número significativo de usuários foi afetado ou impacto operacional significativo foi causado. | 24 x 7 x 365 | 1 hora | 4 horas |
| | Severidade 2 Solução está apresentando falhas de funcionamento, sem causar interrupção do serviço, mas afetando significativamente seu desempenho. Impacto crítico aos usuários. | 24 x 7 x 365 | 2 horas | 8 horas |
| | Severidade 3 Solução está parada ou fora de funcionamento. O problema pode ser contornado. Impactos operacionais moderados a pequenos. Impacto moderado aos usuários. | dias úteis de 07h00 às 22h00 | 4 horas | 16 horas |

- 5.1.3.4. A CONTRATADA deve cumprir os níveis de atendimento da solução acima descritos para as solicitações de serviços em que a CAIXA obrigatoriamente formalizará suas dúvidas, inconsistências, problemas e/ou erros porventura detectados na solução.
- 5.1.3.5. A CONTRATADA se obriga a realizar a administração das solicitações de serviços com profissionais devidamente treinados.
- 5.1.3.5.1. Será definido um grupo de profissionais da equipe de TI de CAIXA autorizado para abrir chamados de Suporte Remoto junto à CONTRATADA.
- 5.1.3.6. A CONTRATANTE poderá solicitar a base de chamados atendidos pela CONTRATADA que deverá disponibilizar por meio de interface, ao final de cada período de referência, para fins de apuração dos índices de chamados e demandas atendidos no prazo.

5.2. Para Integrações e Customizações (sob demanda)

- 5.2.1. Os serviços de integração e customização ocorrerão sob demanda da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato.
- 5.2.1.1. Excluem-se destes serviços sob demanda, as integrações e customizações iniciais, cuja execução deve ocorrer na etapa de SETUP da solução sem custo adicional para a CONTRATANTE.
- 5.2.2. As demandas de integração e customização ocorrerão mediante chamado aberto pela CONTRATANTE.
- 5.2.3. Após a abertura do chamado, a CONTRATADA deverá buscar o devido entendimento da demanda e iniciar as ações necessárias para o atendimento.
- 5.2.4. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE um plano de execução do serviço em até 2 dias úteis a partir da abertura do chamado contendo a relação dos profissionais responsáveis, o escopo e os prazos para finalização do serviço, observando o prazo máximo estabelecido pela CONTRATANTE.
- 5.2.5. O plano deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- Descrição detalhada da demanda.
 - Solução proposta pela CONTRATADA para implementação da demanda.
 - Orçamento detalhado dos serviços da CONTRATADA que serão usados para atendimento à demanda.
 - Prazo para entrega da demanda em perfeita operação.
 - Descrição detalhada de restrições, dependências e quaisquer informações relevantes acerca do plano proposto.
- 5.2.6. O plano será submetido à análise da CONTRATANTE e os trabalhos terão início após a aprovação do plano pela CONTRATANTE.
- 5.2.7. A CONTRATADA deverá finalizar o serviço no prazo acordado e o não cumprimento ensejará a aplicação das penalidades previstas no contrato.
- 5.2.8. O atendimento será considerado concluído somente após a homologação da CONTRATANTE, momento em que será atestado seu correto funcionamento e atendimento completo ao chamado.
- 5.2.9. As demandas entregues com baixa qualidade ou defeito que se apresente até 72 horas após implantação serão devolvidas para ajuste e terão prazo de entrega reaberto até a implementação final com o nível de qualidade e requisitos aceitos pela CONTRATANTE.
- 5.2.10. Caberá à CONTRATANTE abonar atrasos não imputáveis a CONTRATADA nas situações em que houver pendências por parte da CONTRATANTE de definições ou

insumos necessários ao atendimento da demanda, desde que comprovada a impossibilidade da CONTRATADA em prosseguir com qualquer uma das fases da demanda em voga.

- 5.2.11. Serão considerados para fins de abono somente os casos comunicados formalmente à CONTRATANTE e de forma imediata sempre que identificados pela CONTRATADA, em que a CONTRATANTE, de igual modo, deverá dar aceite formal a situação exposta e renegociar o prazo de atendimento, se assim for devido, mediante justificativa apresentada.
- 5.2.12. Não serão aceitas pela CONTRATANTE como justificativa para abono de atraso e/ou renegociação de prazo, impeditivos que a CONTRATADA apresente como falta de insumo, definições de escopo, especificações que já sejam de conhecimento prévio da CONTRATADA pela execução das atividades de serviço, operação e sustentação, sob sua responsabilidade.
- 5.2.13. O pagamento dos serviços será realizado conforme disposto abaixo:
 - 5.2.13.1. Após a execução dos serviços e o exato cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, após a efetiva comprovação e aceite da CAIXA, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, com o respectivo ateste da área destinatária do serviço mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada, obrigatoriamente em agência da CAIXA.
 - 5.2.13.2. As Notas Fiscais Faturas devem ser entregues nas respectivas unidades gestoras de faturamento responsáveis pelo ateste das faturas.
 - 5.2.13.3. A CAIXA não arcará com custos relacionados aos deslocamentos de profissionais da CONTRATADA, mesmo que estes deslocamentos estejam vinculados às atividades necessárias à execução do serviço.

5.3. Para Transferência de Conhecimento

- 5.3.1. A Transferência de Conhecimento se constitui em obrigação contratual da CONTRATADA.
- 5.3.2. A execução da Transferência de Conhecimento pela CONTRATADA não implicará em qualquer ônus adicional para a CAIXA.
- 5.3.3. A transferência de conhecimento ocorrerá sob demanda da CAIXA, em até 6 (seis) turmas, com no mínimo 3 (três) horas de duração, presencial ou remotamente a critério da CAIXA.
- 5.3.4. A transferência de conhecimento deverá ser realizada para, no mínimo, 15 (quinze) empregados indicados pela CAIXA.

- 5.3.5. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da solicitação da CAIXA, para executar a Transferência de Conhecimento.
- 5.3.6. A CONTRATADA deverá encaminhar à CAIXA uma proposta preliminar de transferência de conhecimento, em até 10 dias corridos a partir da solicitação da CAIXA, sugerindo conteúdo programático, datas, infraestrutura necessária e carga horária para prévia avaliação, facultando-se à CAIXA solicitar a reformulação da proposta e sugerir inclusões, exclusões e/ou alterações em seu conteúdo.
- 5.3.7. A CAIXA poderá, a seu critério, alterar o cronograma previsto para a transferência de conhecimento, citado nos subitens anteriores, de forma a adequá-lo à disponibilidade dos usuários que trabalharão diretamente com a Solução.
- 5.3.8. Os custos referentes ao deslocamento do profissional técnico, se necessário, incluindo passagens, hospedagem e alimentação, e todo material utilizado, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 5.3.9. Ao final da transferência de conhecimento os empregados CAIXA deverão estar aptos a compreender todas as alternativas de uso de cada funcionalidade existente na Solução Tecnológica e usá-las de maneira adequada, além do conhecimento para gerar e avaliar relatórios e prestar suporte aos clientes no uso da referida Solução Tecnológica.
- 5.3.10. As transferências de conhecimento poderão ocorrer via ensino à distância – EaD e serão operacionalizadas em plataforma indicada pela CAIXA, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- 5.3.11. Todo material didático referente à transferência de conhecimento deverá ser fornecido em língua portuguesa do Brasil.
- 5.3.12. Dentre os itens de pauta/conteúdo programático, deverão constar exercícios de fixação a serem realizados pelos participantes, de modo a assegurar a efetiva habilitação do empregado para operação da solução.
- 5.3.13. Também é dever da CONTRATADA a elaboração de certificados de participação nas turmas de transferência de conhecimento realizadas, identificando os empregados participantes, o conteúdo abordado e a carga horária da respectiva transferência de conhecimento.
- 5.3.14. A transferência de conhecimento deverá ter como foco principal a demonstração prática das funcionalidades da Solução e o esclarecimento de eventuais dúvidas, sendo que, ao final das respectivas reuniões, haverá uma avaliação realizada junto aos participantes para atestar a qualidade e foco na demonstração prática das funcionalidades.

- 5.3.15. Ao final dos repasses de conhecimento, a CONTRATADA deverá encaminhar à CAIXA a relação de frequência e a avaliação dos participantes, para a realização do ateste.
- 5.3.16. Cada serviço de transferência de conhecimento será atestado pela CAIXA por meio de avaliação que demonstre a qualidade da transferência realizada e o conhecimento absorvido pelos participantes com referência às funcionalidades técnicas e de execução da Solução, conforme os seguintes critérios:
- Capacidade de esclarecimento de dúvidas do instrutor;
 - Didática de ensino/capacidade de transmissão de conteúdo;
 - Materiais e recursos utilizados;
 - Administração do tempo e adequação do conteúdo;
 - Demonstração de conhecimento da Solução;
 - Capacidade de realização das atividades propostas;
 - Funcionalidades técnicas e operacionais absorvidas.
- 5.3.17. As notas médias da transferência de conhecimento, atribuídas à CONTRATADA, não poderão ser inferiores a 7, em uma escala de 1 a 10.
- 5.3.18. Caso as notas médias sejam inferiores a 7, a CONTRATADA se obriga a repetir a transferência de conhecimento em pauta, sem ônus adicional para a CAIXA.
- 5.3.19. A CONTRATADA deverá zelar e assegurar a transferência de todo conhecimento adquirido ou produzido, relativamente a serviços em andamento ou finalizados, para as equipes da CAIXA e/ou para aquelas por ela designadas.
- 5.3.20. O descumprimento da obrigação da Transferência de Conhecimento incorrerá a CONTRATADA em multa em seu desfavor.
- 5.3.21. A CONTRATADA deverá fornecer a documentação da Solução compatível, incluindo manual de utilização da solução, que deverá conter passo a passo detalhado para utilização de todas as funcionalidades disponibilizadas na ferramenta.
- 5.3.22. Os documentos deverão ser compatíveis com ao menos o software ADOBE READER 9.0, ou superior (formato "PDF") e entregues em até 10 (dez) dias corridos a partir da solicitação da CAIXA ou da conclusão da fase de Ativação da Solução (setup).
- 5.3.23. O material deverá ser entregue em formato digital e em português (brasileiro)

- 5.3.24. O manual deverá ser atualizado, a pedido da CAIXA, por motivo de adequação necessária da utilização operacional da solução por parte dos usuários da CAIXA ou por motivo de atualização da Solução.
- 5.3.24.1. As atualizações dos manuais solicitados pela CAIXA deverão ser realizadas pela CONTRATADA em prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.
- 5.3.25. Na impossibilidade de leitura dos arquivos no ambiente CAIXA, a CONTRATADA disponibilizará novos arquivos em até 24 (vinte e quatro) horas corridas também em formato digital.
- 5.3.26. A CONTRATADA fica obrigada, sempre que a CAIXA requerer, a prestar esclarecimentos sobre questões relativas à documentação pertinente à prestação dos serviços sem custos adicionais para a CAIXA.
- 5.3.27. A CONTRATADA deverá manter toda a documentação gerada atualizada durante toda a vigência do contrato.
- 5.3.28. Toda a documentação gerada pela CONTRATADA deverá ser disponibilizada para a CAIXA e passará a ser de sua propriedade.

6. FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. Conforme contrato.

7. HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. A prestação dos serviços se dará, conforme disposto na tabela:

| Objeto | Serviços | Regime de atendimento |
|---|--|------------------------------|
| Solução para Prestação de Serviço de sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas | Disponibilização e Sustentação da Plataforma | 24 x 7 |
| | Serviços de Integração e Customização | 8 x 5 |
| | Transferência de Conhecimento | 8 x 5 |

- 7.2. A solução deverá estar disponível no regime de 24 x 7 com o devido suporte/monitoramento.

8. NÍVEL DE SERVIÇO

- 8.1. Os níveis de serviços são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados.
- 8.2. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores de desempenho relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais foram estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridos pela CONTRATADA.
- 8.3. A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviços será mensal, devendo a CONTRATADA elaborar relatório gerencial, constando os indicadores/metras de níveis de serviços alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual.
- 8.4. Para a execução do contrato, será implementado método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade.
- 8.4.1. Esse conceito define a CAIXA como responsável pela gestão do CONTRATO e pelo ateste da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues, e a CONTRATADA como responsável pela execução operacional dos serviços e gestão dos recursos humanos e físicos necessários para o atendimento dos chamados e seus respectivos Níveis de Serviço.
- 8.5. O Nível de Serviço representa o desempenho dos serviços de monitoração com base em indicadores que tem por finalidade gerar informações objetivas dos serviços desempenhados pela CONTRATADA.
- 8.6. Pelo não cumprimento dos níveis de serviços contratados, atraso de prestação de serviços, inexecução, por culpa imputada à CONTRATADA, ou pela execução de forma incorreta, serão aplicados descontos e/ou multas sobre o valor mensal contratado, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 8.7. **Indicador de Qualidade Do Serviço**
- 8.7.1. **Propósito:** Identificar a qualidade do serviço prestado.
- 8.7.2. **Meta: Mínimo de 98,0%**
- 8.7.3. **Métrica:**
- IQS: Indicador de qualidade do serviço
 - ID: Índice de disponibilidade
 - IA: Índice de chamados de suporte funcional da ferramenta atendidos no prazo
 - IR: Índice de chamados de suporte funcional da ferramenta sem reabertura
 - IC: Índice de comunicação de incidentes à CONTRATANTE
 - IE: Índice de relatórios entregues no prazo
 - IP: Índice de demandas entregues no prazo

$$\text{IQS} = (5 \times \text{ID} + 2 \times \text{IA} + 1 \times \text{IR} + 0,5 \times \text{IC} + 0,5 \times \text{IE} + 2 \times \text{IP}) / 11$$

- 8.7.4. O valor do pagamento mensal correspondente a Prestação do Serviço gestão de compliance de operações de crédito para Agronegócio será ajustado conforme tabela a seguir, de forma tal que o valor aferido será multiplicado pelo respectivo fator de ajuste, gerando o valor devido para pagamento à CONTRATADA:

| Fator de Nível de Serviço | |
|----------------------------------|------------------------|
| IQS (%) | Fator de Ajuste |
| Igual ou superior a 98,0 | 1,0 |
| 97,9 a 88,0 | 0,9 |
| 87,9 a 78,0 | 0,8 |
| 77,9 a 68,0 | 0,7 |
| 67,9 a 58,0 | 0,6 |
| 57,9 a 48,0 | 0,5 |
| 47,9 a 38,0 | 0,4 |
| Inferior a 38,0 | 0,3 |

8.7.5. **Métricas de Aferição da Qualidade Do Serviço**

8.7.5.1. **Disponibilidade**

8.7.5.1.1. **Propósito:** Aferir a disponibilidade dos serviços.

8.7.5.1.2. **Meta: Mínimo de 99,5% de disponibilidade**

8.7.5.1.3. **Métrica:**

ID: Índice de disponibilidade

TTI: Quantidade de minutos de indisponibilidade da Solução no período de referência

TM: Quantidade de minutos no período de referência

$$ID = \left(1 - \frac{TTI}{TM} \right) \times 100$$

8.7.5.1.4. Os períodos de indisponibilidade serão contabilizados a partir do registro do incidente nas ferramentas de monitoração da própria CONTRATADA ou a partir do momento da abertura do chamado técnico pela CONTRATANTE.

8.7.5.1.5. Será considerado no cálculo de disponibilidade a soma dos tempos de indisponibilidades totais e parciais do serviço, a partir do primeiro minuto do período de referência até último minuto deste, salvo interrupções para manutenção previamente planejadas e autorizadas, devendo ser informadas à CONTRATANTE.

8.7.5.2. **Chamados atendidos no prazo**

- 8.7.5.2.1. **Propósito:** Garantir o cumprimento dos prazos de atendimento de suporte funcional da ferramenta.
- 8.7.5.2.2. **Meta:** Mínimo de 95% dos chamados de suporte funcional da ferramenta atendidos no prazo
- 8.7.5.2.3. **Métrica:**

IA: Índice de chamados de suporte funcional da ferramenta atendidos no prazo

CCP: Quantidade de chamados de suporte funcional da ferramenta concluídos no prazo no período de referência

CC: Quantidade de chamados de suporte funcional da ferramenta concluídos no período de referência.

$$IA = \frac{CCP}{CC} \times 100$$

- 8.7.5.2.4. O atendimento deverá ser realizado conforme os prazos dispostos a seguir:

| Tipo do chamado | Criticidade | Período de atendimento | Tempo máximo para início do atendimento | Tempo máximo de solução |
|---------------------------------|---|------------------------------|---|-------------------------|
| Suporte funcional da ferramenta | Severidade 1 Solução está parada ou fora de funcionamento e não há meios de contornar a falha. Número significativo de usuários foi afetado ou impacto operacional significativo foi causado. | 24 x 7 x 365 | 1 hora | 4 horas |
| | Severidade 2 Solução está apresentando falhas de funcionamento, sem causar interrupção do serviço, mas afetando significativamente seu desempenho. Impacto crítico aos usuários. | 24 x 7 x 365 | 2 horas | 8 horas |
| | Severidade 3 Solução está parada ou fora de funcionamento. O problema pode ser contornado. Impactos operacionais moderados a pequenos. Impacto moderado aos usuários. | dias úteis de 07h00 às 22h00 | 4 horas | 16 horas |

8.7.5.3. Reabertura de chamados

8.7.5.3.1. **Propósito:** Garantir efetividade dos atendimentos de suporte funcional da ferramenta.

8.7.5.3.2. **Meta:** Mínimo de 95% dos chamados de suporte funcional da ferramenta sem reabertura.

8.7.5.3.3. **Métrica:**

IR: Índice de chamados de suporte funcional da ferramenta sem reabertura

CSR: Quantidade de chamados de suporte funcional da ferramenta reabertos no período de referência

CC: Quantidade de chamados de suporte funcional da ferramenta concluídos no período de referência.

$$IR = \left(1 - \frac{CSR}{CC}\right) \times 100$$

8.7.5.4. Comunicação de incidentes

8.7.5.4.1. **Propósito:** Garantir tempestividade na comunicação dos incidentes com Severidade 1 ou Severidade 2.

8.7.5.4.2. **Meta:** Mínimo de 90% dos incidentes com Severidade 1 ou Severidade 2 comunicados à CONTRATANTE em até 10 minutos.

8.7.5.4.3. **Métrica:**

IC: Índice de comunicação de incidentes à CONTRATANTE

ICP: Quantidade de incidentes com Severidade 1 ou Severidade 2 comunicados à CONTRATANTE em até 10 minutos, no período de referência

IP: Quantidade de incidentes com Severidade 1 ou Severidade 2 identificados no período de referência

$$IC = \frac{ICP}{IP} \times 100$$

8.7.5.4.4. Em até 10 minutos após sua identificação, a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE todo incidente com Severidade 1 ou Severidade 2 identificados pela CONTRATADA, parceiros ou usuários Solução.

8.7.5.4.5. A comunicação inicial deverá ser realizada ainda que não se tenha o diagnóstico da situação e visão completa dos impactos.

8.7.5.4.6. Após a primeira comunicação à CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá manter rotina de comunicação a cada 30 minutos, informando o diagnóstico do incidente e ações em andamento, até a resolução.

8.7.5.4.7. A comunicação se dará por telefone, WhatsApp, ou qualquer outra forma de comunicação instantânea, devendo posteriormente a CONTRATADA formalizar relatório complementar sobre a ocorrência.

8.7.5.5. Entrega de relatórios no prazo

8.7.5.5.1. **Propósito:** Garantir tempestividade e efetividade nas análises realizadas pela equipe da CONTRATANTE, tanto para aspectos gerenciais, financeiros, técnicos e de qualidade.

8.7.5.5.2. **Meta:** 95% dos relatórios entregues no prazo.

8.7.5.5.3. **Métrica:**

IE: Índice de relatórios entregues no prazo

REP: Quantidade de relatórios entregues no prazo no período de referência

RE: Quantidade de relatórios entregues no período de referência

$$IE = \frac{REP}{RE} \times 100$$

8.7.5.5.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar os relatórios gerenciais, financeiros, técnicos e de qualidade requeridos pela CONTRATANTE.

8.7.5.5.5. O formato, periodicidade e data de entrega dos relatórios serão acordados previamente entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

8.7.5.5.6. Relatórios entregues fora do prazo ou não aceitos pela CONTRATANTE penalizarão o indicador.

8.7.5.5.7. Caso necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar que os relatórios sejam entregues e apresentados pela CONTRATADA em reunião previamente agendada.

8.7.5.6. Entrega de demandas no prazo

8.7.5.6.1. **Propósito:** Garantir que as entregas de demandas de Serviço Técnico Especializado sejam entregues no prazo estabelecido.

8.7.5.6.2. **Meta:** Mínimo de 95% das demandas entregues no prazo.

8.7.5.6.3. **Métrica:**

IDE: Índice de demandas de Serviço Técnico Especializado entregues no prazo

DEP: Quantidade de demandas de Serviço Técnico Especializado entregues no prazo no período de referência

DE: Quantidade de demandas de Serviço Técnico Especializado entregues no período de referência

$$IP = \frac{DEP}{DE} \times 100$$

- 8.8. A CONTRATADA não poderá ser responsabilizada pelo não atendimento do nível de severidade estabelecido, quando o acionamento for originado por falha, interrupção ou qualquer outra ocorrência nos serviços prestados pelas concessionárias de serviços de telecomunicações ou energia elétrica, indisponibilidade de dados, inconsistência de dados e informações geradas pela CAIXA, infraestrutura e capacidade de ambiente de tecnologia CAIXA ou de terceiros, inclusive o tempo necessário à restauração do ambiente após o restabelecimento das condições de operação, não se caracterizando nesses casos a indisponibilidade dos serviços ou inadimplemento da CONTRATADA.
- 8.9. Considera-se um problema plenamente solucionado quando os sistemas e serviços forem restabelecidos sem restrições e de forma definitiva, ou seja, quando não se tratar de uma resolução paliativa.
- 8.10. Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo que venha a impactar a disponibilidade da solução deve ser executada somente mediante comunicação prévia a CAIXA, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela CONTRATADA
- 8.11. Ao final de cada atendimento e resolução de chamado, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com empregados da CAIXA, testes para verificação dos resultados obtidos, certificando-se do restabelecimento à normalidade e/ou resolução do problema.
- 8.12. Ao término dos testes e do atendimento (fechamento do chamado), a CONTRATADA deverá registrar, detalhadamente, na ferramenta de abertura do chamado da CAIXA, as causas do problema e a resolução adotada.
- 8.13. Nos casos em que o atendimento não se mostrar satisfatório, a CAIXA fará reabertura do chamado, mantendo-se as condições e prazos do primeiro acionamento.
- 8.14. A CONTRATADA emitirá relatório, sempre que solicitado pela CAIXA, em papel e em arquivo eletrônico editável, preferencialmente em arquivo texto, com informações analíticas e sintéticas dos chamados abertos e fechados no período, incluindo:

- Quantidade de ocorrências (chamados) registradas no período; Número do chamado registrado na ferramenta e nível de severidade, inclusive aqueles com reabertura;
- Data e hora de abertura;
- Data e hora de início e conclusão do atendimento;
- Identificação da localidade, unidade e técnico da CAIXA que registrou o chamado;
- Identificação do técnico da CONTRATADA que atendeu ao chamado aberto;
- Descrição do problema;
- Severidade de cada chamado;
- Descrição da resolução;
- Informações sobre eventuais escalações dos problemas;
- Consolidado dos chamados que não atenderam aos prazos estabelecidos, com as devidas justificativas para o descumprimento dos prazos contratados;
- Total de chamados/ no mês e o total acumulado até a apresentação do relatório.

8.15. Revisão do ANMS

- 8.15.1. A critério da CAIXA, o presente Nível Mínimo de Serviço (NMS) poderá ser revisto, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses.

9. TRANSIÇÃO CONTRATUAL FINAL

- 9.1. A transferência de todo conhecimento adquirido ou desenvolvido bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados deverão ser disponibilizados por meio de um Plano de Transição, endereçando todas as atividades necessárias para a completa transição.
- 9.2. A CONTRATADA deverá assegurar portabilidade dos dados e que as informações da CAIXA estejam disponíveis para transição, em prazo adequado e sem custo adicional, de modo a garantir a continuidade do negócio e possibilitar a transição contratual;
- 9.3. O Plano de Transição deverá ser entregue pela CONTRATADA no prazo de 6 (seis) meses antes do término da vigência do CONTRATO, ou a qualquer tempo, por solicitação da CAIXA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 9.4. O plano deverá identificar todos os compromissos, projetos, papéis, responsabilidades, artefatos, tarefas, a data início e prazo da transição, bem como todos os envolvidos com a transição, e ter a aprovação formal da CAIXA.

- 9.5. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução do Plano de Transição, bem como a garantia do repasse bem-sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pela CAIXA ou empresa por ela designada.
- 9.6. Todos os dados, configurações e parametrizações construídas ao longo do contrato deverão ser objeto da Transição Final do contrato, sendo passíveis de migração entre fornecedores, devendo, ainda, a CONTRATADA disponibilizar equipe para providenciar junto à CAIXA e eventual novo fornecedor, plano e operação assistida na efetiva migração.
- 9.7. Durante o tempo requerido para desenvolver e executar o Plano de Transição, a CONTRATADA deve responsabilizar-se pelo esforço que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem custo adicional para a CAIXA.
- 9.8. Todo conhecimento adquirido ou desenvolvido bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados deverão ser disponibilizados à CAIXA ou empresa por ela designada durante a execução do Plano de Transição.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 Conforme contrato.

11. RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1. Pela inexecução parcial ou execução insatisfatória de suas obrigações (conduta e procedimentos), pela recusa ou atraso injustificado no atendimento dos serviços de implantação, implementação, infraestrutura de nuvem pública, suporte funcional, sustentação, customização, integração, atualização tecnológica e transferência de conhecimento ou pelo não atendimento do indicador de disponibilidade da solução de fornecimento de Ferramenta para gestão de compliance de operações de crédito para Agronegócio, a empresa será notificada. Em caso de reincidência na aplicação da NOTIFICAÇÃO no período de 2 (dois) meses consecutivos a CONTRATANTE poderá demandar a CONTRATADA a apresentar Plano de Melhoria para solução definitiva das faltas cometidas.
- 11.2. Mantidos os motivos que justificaram as notificações considerar-se-á constatada a execução insatisfatória do Plano de Melhoria, a CONTRATADA estará sujeita à multa sobre o valor do(s) serviço(s) contemplados no curso da execução do referido plano. Complementarmente, a seu critério, a CAIXA poderá promover a rescisão antecipada do CONTRATO, ressaltado o seu direito à indenização pelos prejuízos dela decorrente.

ANEXO I – D
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 1 A Qualificação Técnica consta no item 8.6 do edital.

ANEXO I – E**REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA FORNECEDORES DE NUVEM****1. REQUISITOS DE NUVEM**

- 1.1. A CAIXA entende como PROVEDOR DE SERVIÇOS EM NUVEM, as empresas que disponibilizam serviços em nuvem pública ou privada sob demanda em hiperescala. A hiperescala é a capacidade de uma arquitetura ser dimensionada de forma adequada conforme a demanda é aumentada e adicionada ao serviço.
- 1.2. Os serviços em nuvem consistem em infraestrutura como Serviço (IaaS), plataforma como Serviço (PaaS) e Software como Serviço (SaaS).
- 1.3. O PROVEDOR deverá fornecer os serviços de computação em nuvem em aderência seguintes princípios elencados pelo NIST:
- 1) Auto-provisionamento sob demanda (“on-demand self-service”): o consumidor pode ter a iniciativa de provisionar recursos na nuvem, e ajustá-los de acordo com as suas necessidades ao decorrer do tempo, de maneira automática, sem a necessidade de interação com cada provedor de serviços.
 - 2) Acesso amplo pela rede (“broad network access”): os recursos da nuvem estão disponíveis para acesso pela rede por diferentes dispositivos (tais como: estações de trabalho, tablets e smartphones) através de mecanismos padrões.
 - 3) Compartilhamento através de pool de recursos (“resource pooling”): Os recursos computacionais do provedor são agrupados para servir a múltiplos consumidores (modelo multi-tenant), com recursos físicos e virtuais sendo alocados e realocados dinamicamente, de acordo com a demanda dos seus consumidores. Há uma ideia geral de independência de localização, uma vez que o cliente geralmente não possui controle ou conhecimento sobre a localização exata dos recursos providos. No entanto, é possível especificar este local em um nível mais alto de abstração (por exemplo: país, estado ou data center). Os serviços são concebidos como um padrão, com a finalidade de atender à demanda de vários consumidores de maneira compartilhada, não sendo focados em necessidades customizadas de um único consumidor.
 - 4) Rápida elasticidade: os recursos podem ser elasticamente provisionados e liberados, e, em alguns casos, de maneira automática, adaptando-se à demanda. Do ponto de vista do consumidor, os recursos disponíveis para provisionamento parecem ser ilimitados, podendo ser alocados a qualquer hora e em qualquer volume.
 - 5) Serviços medidos por utilização (“measured service”): os serviços de computação em nuvem automaticamente controlam e otimizam a utilização de recursos, através de mecanismos de medição utilizados em nível de abstração associado ao tipo de serviço utilizado (por exemplo: armazenamento, processamento, largura de banda, e contas de usuário ativas). A utilização dos recursos pode ser monitorada, controlada e reportada, fornecendo transparência tanto para provedores como para

consumidores. Portanto, a precificação, se houver, será balizada pelo uso dos serviços.”

- 1.4. Os requisitos deste capítulo se aplicam às empresas que prestarão serviços em nuvem para a CAIXA, ou que irão manter a estrutura de atendimento para a CAIXA em nuvem pública, incluindo o armazenamento de arquivos corporativos que tenham relação com o trabalho desempenhado na CAIXA. As empresas Contratadas para prestação de serviços em nuvem também devem observar os controles relatados nos demais capítulos deste documento.
- 1.5. Os serviços em nuvem do tipo SaaS poderão ser provenientes tanto do marketplace ou do catálogo de serviços do provedor de nuvem, oriundos de um contrato de Multinuvem e fornecidos pelo provedor; quanto serviços de SaaS contratados a parte e provenientes de contratos específicos com a empresa fornecedora da solução.

2. Gestão de Identidade e Controle de Acessos

- 2.1. A Contratada deve ter uma política de controle de acesso dos seus colaboradores baseada no princípio do menor privilégio, que defina um processo formal de concessão, alteração e revogação de acesso.
- 2.2. A Contratada deve manter rígido controle de acesso de seus colaboradores baseado nas informações de contratação, dispensa e controle de ausências (férias, licenças, atestados, admissão, demissão etc.) impedindo o acesso ao ambiente computacional, local ou remoto, quando o colaborador não estiver em pleno exercício de suas atividades.
- 2.3. A Contratada deve utilizar mecanismos de autenticação e autorização utilizando credenciais corporativas.
- 2.4. A Contratada deve dispor de recursos que garantam múltiplos fatores de autenticação do usuário (MFA), a serem utilizados de acordo com a criticidade ou classificação da informação/recurso a ser acessado. Esses múltiplos fatores devem ser implementados, no mínimo, por meio de biometria, OTP ou autorização por notificações de push em celulares.
- 2.5. A Contratada deve dispor de mecanismo de garantia de identidade, o qual deve ser realizado previamente à execução das requisições dos usuários.
- 2.6. Todas as contas de usuário devem ser identificadas por um ID de usuário exclusivo e todas as ações de um ID de usuário devem ser associadas a um único indivíduo ou proprietário registrado.

- 2.7. As contas do usuário devem ser criadas e configuradas pelo administrador de segurança do usuário.
- 2.8. Os controles de acesso em nível de aplicativo devem fazer uso da identidade autenticada do usuário, conforme estabelecido no login.
- 2.9. A Contratada deve permitir criar e gerenciar perfis e credenciais de segurança para seus usuários.
- 2.10. A Contratada deve permitir que somente os usuários por ela autorizados tenham acesso aos recursos, em conformidade aos respectivos perfis de uso.
- 2.11. A Contratada não deve usar contas padrões, contas genéricas, contas não pessoais ou convidadas, a menos que a CAIXA tenha dado aprovação prévia por escrito para tais contas.
- 2.12. Uma conta não pessoal deve ser atribuída exclusivamente a uma única aplicação ou serviço e não pode ser utilizada para qualquer outra finalidade além daquela para a qual ela foi criada.
- 2.13. A Contratada deve informar os logins de usuário e senhas iniciais por meio de canais separados.
- 2.14. A Contratada deve implementar mecanismo de comunicação ao usuário em caso de alteração ou pedido de recuperação de sua senha.
- 2.15. A Contratada deve revisar os direitos de acesso existentes nos seus ativos pelo menos a cada dois anos. Em caso de dados pessoais, os direitos devem ser revisados pelo menos uma vez por ano.
- 2.16. A Contratada deve revisar as contas não pessoais mantidas em seu ambiente pelo menos duas vezes por ano, independentemente da classificação ou da confidencialidade da informação tratada.
- 2.17. A Contratada deve revisar os acessos privilegiados ao seu ambiente pelo menos a cada três meses.
- 2.18. A Contratada deve gerar e armazenar as evidências de aprovação ou rejeição dos direitos de acesso, resultantes das revisões acima, e disponibilizá-las para a CAIXA sempre que solicitado.
- 2.19. As contas de acesso privilegiado não devem conter a indicação dos privilégios, a posição do indivíduo ou a organização a que pertence o indivíduo (por exemplo,

"administrador" ou "diretor" não pode fazer parte de qualquer nome de utilizador) no logon do usuário.

- 2.20. A Contratada deve implementar a separação entre a administração do sistema (acesso privilegiado) e as atividades de negócios (acesso não privilegiado), por meio de níveis de acesso separados para atender a segregação entre as funções.
- 2.21. A Contratada deve permitir e fornecer utilitários para o monitoramento de contas privilegiadas.
- 2.22. Cabe à Contratada decidir pelo fornecimento do acesso remoto aos seus colaboradores. Uma vez fornecido, a Contratada deverá prover esse acesso por meio de canais seguros/VPN, utilizando múltiplos fatores de autenticação.
- 2.23. A Contratada deve implementar trilha de auditoria para todo e qualquer acesso realizado aos seus ativos, tornando possível identificar, de forma cronológica e inequívoca, os seguintes registros:
- O tipo de evento (inclusão, alteração, exclusão, consulta);
 - O autor do evento;
 - A data e hora do evento;
 - O endereço lógico do equipamento de origem do tipo do evento.
- 2.24. A Contratada deve proteger os registros de trilha de auditoria contra adulteração.
- 2.25. A Contratada deve implementar o monitoramento dos acessos privilegiados às bases de dados, que fazem parte do objeto do contrato por meio de solução independente dos bancos de dados em uso.
- 2.26. Devem ser observadas as boas práticas de segregação e diferenciação entre ambientes de não produção e produtivo, estabelecendo-se acessos pertinentes para cada etapa do ciclo de desenvolvimento/manutenção e alinhado com o princípio do privilégio mínimo.
- 2.27. A monitoração dos acessos privilegiados às bases de dados deve ocorrer em tempo-real e deve ser possível configurar respostas automatizadas para eventos específicos.
- 2.28. A Contratada deve desenvolver políticas e implementar soluções para garantir que o acesso remoto por parte dos seus funcionários – seja utilizando dispositivos da Contratada, seja utilizando dispositivos de propriedade pessoal - seja fornecido de forma segura e adequada. Tais políticas e procedimentos devem definir como a Contratada fornece acesso remoto e quais os controles necessários para oferecer este acesso de forma segura.

- 2.29. A Contratada deve usar métodos de autenticação robustos, baseados em múltiplos fatores de autenticação, para viabilizar o acesso remoto de seus funcionários à sua rede interna e deve empregar criptografia para proteger os dados em trânsito, considerando os requisitos descritos na seção 2.4.
- 2.30. A Contratada deverá prover os recursos necessários para que os seus funcionários acessem remotamente o ambiente da CAIXA, se for o caso. Nesse caso, é responsabilidade da Contratada prover certificados digitais ou outros tokens de acesso conforme definido pela CAIXA, sem ônus adicionais para a CAIXA.

3. Controles Criptográficos

- 3.1. Os requisitos apresentados nesta seção devem ser obedecidos pela Contratada ou, caso os dados estejam sendo armazenados ou processados no ambiente do Provedor de Serviço em Nuvem, pelo Provedor. Neste último caso, a Contratada deverá comprovar por relatório de auditoria (Due Dilligence Remoto) que o armazenamento/processamento dos dados ocorre somente em ambiente de nuvem e o Provedor deve atender, além dos requisitos a seguir, as regras descritas no item 6 deste Guia.
- 3.2. A Contratada deve implementar e manter controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação, de acordo com o nível de criticidade e grau de sigilo da informação definido pela CAIXA.
- 3.3. A Contratada deve implementar um processo de gestão de chaves criptográficas que deve considerar todo o ciclo de vida da chave, o qual envolve: geração, armazenamento, distribuição, utilização, recuperação, renovação, exclusão e destruição da chave.
- 3.4. A Contratada deve utilizar algoritmos, tamanhos de chave e prazos de validade de chaves aprovados pelo NIST.
- 3.5. A Contratada deve gerar, controlar e distribuir chaves criptográficas simétricas e assimétricas usando processos e tecnologias de gerenciamento de chaves aprovados pelo NIST.
- 3.6. A Contratada deve fazer a geração e a renovação de certificados digitais expostos na Internet junto a autoridades certificadoras reconhecidas internacionalmente, cujas raízes de cadeias utilizadas na emissão dos certificados digitais façam parte do repositório de cadeias confiáveis dos principais navegadores e versões de sistemas operacionais, como: iOS 7 e superiores; Android 4 e superiores; Microsoft Edge 12 e superiores; Mozilla Firefox 45 e superiores; Google Chrome 49 e superiores; Apple Safari 8 e superiores; Linux Ubuntu 14 e superiores; Linux Mint 15 e superiores; MAC OS X 10.10 e superiores; e Windows 7 e superiores.

- 3.7. A Autoridade Certificadora deve possuir o selo Web Trust dentro do prazo de validade e a certificação Web Trust deve estar de acordo com, no mínimo, os Princípios e Critérios para Autoridades Certificadoras – versão 2.2.1, disponível em <https://www.cpacanada.ca/-/media/site/operational/ms-member-services/docs/webtrust/WT100aWebTrust-for-CA-221-110120-finalaoda.pdf?la=en&hash=0FDB6C541E7A61976625B9EAC55474D260A7E6FD> para todas as raízes de cadeias utilizadas na emissão dos certificados digitais.
- 3.8. Após a instalação desses certificados, todas as URLs publicadas deverão obter nota “A” nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).
- 3.9. As chaves criptográficas geradas pela Contratada devem ser utilizadas com a finalidade exclusiva de atender às necessidades do objeto contratado.
- 3.10. Caso haja a necessidade do compartilhamento de chaves simétricas entre a CAIXA e a Contratada, essas chaves devem ser geradas pela CAIXA e levadas para o ambiente da Contratada, onde devem ser armazenadas por meio de soluções FIPS 140-2 nível 3, sem possibilidade de exportação das chaves. Nesse caso, a Contratada deve prover meios que permitam a inserção das chaves da CAIXA no seu ambiente de forma segura, sem a necessidade de manipulação de chaves em um único componente em texto-claro.
- 3.11. No caso de utilização de um Provedor de Serviços em Nuvem, as certificações FIPS exigidas estão descritas na seção 6.
- 3.12. A Contratada deve permitir a criptografia de dados em repouso, considerando volumes (por exemplo: a criptografia de um disco inteiro) e estruturas de dados específicas (por exemplo: arquivos ou registros específicos de uma tabela de banco de dados).
- 3.13. A Contratada deve prover a criptografia de dados em repouso utilizando, no mínimo, algoritmo AES com chaves de 128 bits.
- 3.14. A Contratada deve permitir recursos para trilha de auditoria, permitindo visualizar quem usou determinada chave para acessar um objeto, qual objeto foi acessado, quando ocorreu esse acesso e qual endereço de origem do acesso.
- 3.15. A Contratada deve permitir visualizar ou gerar relatório, a critério da CAIXA, de tentativas malsucedidas de acesso por usuários sem permissão para decifrar os dados.
- 3.16. A Contratada deve permitir que dados criptografados e chaves de criptografia sejam armazenadas e protegidas em hosts separados e protegidos por várias camadas de proteção.

- 3.17. A Contratada deve permitir a auditoria da segurança de chaves criptográficas.
- 3.18. A Contratada deve possibilitar comunicação criptografada e protegida para a transferência de dados por meio do TLS 1.3, ou, quando não for suportado, 1.2.
- 3.19. A Contratada deve possuir a capacidade de configuração das cifras criptográficas e das versões de TLS utilizadas pela CAIXA, suportando, no mínimo, TLS 1.2 e as cifras a seguir:
- TLS_ECDHE_ECDSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256
- TLS_ECDHE_ECDSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384
- TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256
- TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384
- 3.20. Os parâmetros TLS Renegotiation e TLS Resumption devem estar desabilitados.
- 3.21. Quando da necessidade de validação do cliente por meio de certificado digital – numa conexão mTLS, por exemplo – a Contratada deve fazer todas as validações previstas no método X509_verify_cert, existente na estrutura do Openssl.
- 3.22. O certificado de cliente só deve ser aceito se o método X509_verify_cert retornar OK para todas as validações previstas.

4. CONTROLE DE ACESSO AO AMBIENTE DE NUVEM

- 4.1. Quando viável tecnicamente, o acesso de empregados CAIXA à nuvem deverá ser integrado com ferramenta de SSO da CAIXA, ou com o AD, para garantir o uso das credenciais internas, isso deve garantir que o usuário não acesse o ambiente do parceiro, caso seja desligado ou esteja ausente da CAIXA por qualquer motivo por período determinado.
- 4.2. Como apresentado no item 2.4, quando a autenticação for provida pela Contratada ou pelo Provedor de Serviços em Nuvem, deverá ser realizada autenticação por múltiplos fatores para o acesso dos empregados da CAIXA, que precisem acessar os recursos em nuvem.
- 4.3. O acesso aos recursos da CAIXA deverá ser realizado em tenant designado especificamente, sem que estes recursos sejam compartilhados com qualquer outra entidade, bem como a camada de dados da aplicação não pode ser compartilhada com outros clientes do Provedor de Serviços em Nuvem.
- 4.4. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que somente os usuários autorizados pela CAIXA tenham acesso aos recursos em conformidade aos respectivos perfis de uso.
- 4.5. Os acessos administrativos aos recursos do Provedor de Serviços em Nuvem, nos tenants que atendam à CAIXA, deverão ser feitos através de rede privada, tanto para empregados CAIXA quanto para representantes do Provedor.

5. REQUISITOS DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS PELO BACEN

- 5.1. A Contratada deve garantir que a prestação dos serviços não causará prejuízo ao funcionamento regular da CAIXA nem embaraço à atuação do Banco Central do Brasil, assegurando que a legislação e a regulamentação nos países e nas regiões em cada país onde os serviços serão prestados não restringem nem impedem o acesso da CAIXA nem do Banco Central do Brasil aos dados e às informações.
- 5.2. A Contratada deve assegurar que os dados sujeitos a limites geográficos não serão migrados para além das fronteiras definidas em contrato, incluindo dados de backup, dados em produção, dados em repouso, contingência ou recuperação de desastre sem prévio conhecimento da CAIXA por meio comunicação formal.
- 5.3. Deve ainda garantir acesso à CAIXA, a qualquer tempo, aos dados e às informações processadas, armazenadas e geradas pela atividade de processamento, Log, sob responsabilidade da Contratada;
- 5.4. Esta mesma Contratada deve assegurar que os dados da CAIXA processados e armazenados na Contratada são de propriedade exclusiva da CAIXA.
- 5.5. A Contratada deve assegurar também que o acesso aos dados processados e armazenados na Contratada é de acesso exclusivo da CAIXA, não sendo autorizado acesso da Contratada ou terceiros sem autorização formal da CAIXA.
- 5.6. A Contratada deve assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e a recuperação dos dados e das informações processadas e/ou armazenadas em nuvem.
- 5.7. Também deve assegurar à CAIXA acesso aos relatórios e documentos elaborados por empresa de auditoria especializada independente, contratada pelo provedor de serviço em nuvem, relativos aos procedimentos e aos controles utilizados na prestação dos serviços contratados a qualquer tempo.
- 5.8. A Contratada deve assegurar à CAIXA, acesso a toda documentação comprobatória, em nome do provedor, que esclareça a Região/Zona de Disponibilidade escolhidos pela CAIXA para hospedagem de seus recursos.
- 5.9. A Contratada deve assegurar a permissão de acesso do Banco Central do Brasil aos contratos e aos acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações.

- 5.10. A Contratada deve garantir, em caso de decretação de regime de resolução da CAIXA pelo Banco Central do Brasil, acesso pleno e irrestrito aos contratos e acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações.
- 5.11. A Contratada deve garantir notificação prévia ao responsável pelo regime de resolução sobre a intenção da empresa Contratada interromper a prestação de serviços, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a interrupção, observado que:
- 5.12. A Contratada assegura o atendimento de eventual pedido de prazo adicional de (30) trinta dias para a interrupção do serviço, feito pelo responsável pelo regime de resolução;
- 5.13. Caso haja subcontratação do serviço em nuvem, desde que explicitamente autorizado pela CAIXA, é obrigatório a Contratada apresentar a garantia formal do atendimento das cláusulas deste item 3.2 por parte da Provedor de Serviços em Nuvem, seja por meio de declaração própria durante o processo de contratação, seja por meio de aditivo contratual, caso não previsto inicialmente no contrato original.

6. PROTEÇÃO DOS DADOS ARMAZENADOS EM NUVEM

- 6.1. Além dos requisitos descritos na seção 3, a Contratada também deve permitir trabalhar com chaves simétricas e assimétricas geradas e armazenadas pela CAIXA. Para tanto, ela deve prover meios que permitam o envio das chaves da CAIXA para o seu ambiente de forma segura, sem a necessidade de manipulação de chaves em um único componente em texto-claro.
- 6.2. Caberá à CAIXA decidir quem fará a geração e a gestão de cada chave: se a própria CAIXA ou a Contratada.
- 6.3. Caso a CAIXA decida fazer a geração de chaves assimétricas, ela definirá a Autoridade Certificadora que será utilizada na emissão dos certificados digitais e fornecerá a cadeia certificadora para a Contratada sempre que necessário. Após a instalação desses certificados, todas as URLs publicadas deverão obter nota "A" nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).
- 6.4. O modelo Third Party Certificates pode ser oferecido para o caso de certificados digitais utilizados no estabelecimento de conexões TLS. Nesse caso específico, as chaves devem ficar armazenadas exclusivamente em repositórios de chaves da Contratada e esta deve emitir o CSR (Certificate Signing Request) e enviá-lo para a CAIXA, que providenciará a emissão dos certificados digitais correspondentes. Após

a instalação desses certificados, todas as URLs publicadas deverão obter nota “A” nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).

- 6.5. Quando a Contratada for diferente do Provedor de Serviços em Nuvem e estiver agindo em nome deste, as chaves devem ser compartilhadas diretamente entre o Provedor e a CAIXA e a Contratada não deverá ter qualquer acesso às chaves envolvidas.
- 6.6. Quando se tratar de contratação no modelo IaaS, exige-se a certificação FIPS 140-2 nível 3.
- 6.7. Quando se tratar de contratação no modelo PaaS ou SaaS, exige-se a certificação FIPS 140-2 nível 2.
- 6.8. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que os usuários criptografem seus dados e objetos antes de enviá-los para o serviço de armazenamento.
- 6.9. A Contratada, assim como o Provedor de Serviços em Nuvem, deve tratar com rigor as informações sigilosas, não podendo ser usadas ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CAIXA.
- 6.10. A Contratada deverá assinar Termo de Confidencialidade resguardando que os recursos, dados e informações de propriedade da CAIXA, e quaisquer outros, repassados por força do objeto desta licitação e do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade.
- 6.11. Os dados, metadados, informações e conhecimento tratados pela Contratada, não poderão ser fornecidos a terceiros e/ou usados por esta para fins diversos do previsto, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CAIXA.
- 6.12. A CAIXA e a Contratada obrigam-se por seus empregados, sócios, diretores e mandatários, manter total sigilo e confidencialidade no que se refere a não divulgação, por qualquer forma, de toda ou parte das informações ou documentos a ela relativos, e aos quais venha a ter acesso, em decorrência da prestação dos serviços executados.

7. MONITORAÇÃO DOS DADOS TRATADOS EM NUVEM

- 7.1. A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado pela CAIXA, cópias dos logs de segurança de todas as atividades de todos os usuários dentro da conta, além de histórico de chamadas de APIs para análise de segurança e auditorias.

- 7.2. A trilha de auditoria deve conter, minimamente, itens descritos no item 2 deste documento.
- 7.3. O Provedor de Serviço em Nuvem, deve dispor de recurso que permita o gerenciamento centralizado de eventos e envio para a CAIXA, sempre que solicitado, de logs/informações de trilha.
- 7.4. Os registros do Provedor de Serviço em Nuvem deverão incluir ainda todos os acessos, incidentes e eventos cibernéticos, no ambiente do mesmo, pelo período 5 (cinco) anos.

8. SEGURANÇA DO TRÁFEGO DE DADOS COM A NUVEM

- 8.1. A comunicação entre a CAIXA e a Contratada deve suportar criptografia TLS, com autenticação mútua, na versão 1.3.
- 8.2. Caso a aplicação não suporte TLS 1.3, será admitida a compatibilidade para TLS 1.2.
- 8.3. A necessidade de TLS também se aplica a qualquer comunicação entre a Contratada e o Provedor de Serviços em Nuvem ou entre a CAIXA e o Provedor de Serviços em Nuvem, para todos os casos em que a Contratada e o Provedor forem entidades distintas.
- 8.4. O Provedor de Serviços em Nuvem deverá prover segurança relacionada ao tráfego de dados, provendo aplicações de firewall, IPS e CASB para garantir a segurança de todos os fluxos, sejam externos ou em trânsito com a CAIXA.
- 8.5. O Provedor de Serviços em Nuvem não deverá ter permissão de uso ou acesso direto ao ambiente de autenticação da CAIXA.
- 8.6. Os dados, metadados, informações e conhecimentos produzidos ou custodiados pela CAIXA, transferidos para o provedor de serviço de nuvem, devem estar hospedados em território brasileiro, com pelo menos uma cópia atualizada de segurança também no Brasil.

9. ALTA DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS EM NUVEM

- 9.1. Para garantir a continuidade dos serviços e a resiliência das operações críticas da CAIXA, as soluções em nuvem contratadas devem ser projetadas com foco em alta disponibilidade. Isso implica na adoção de arquiteturas que contemplem a distribuição geográfica dos workloads em múltiplas zonas de disponibilidade (AZs), localizadas exclusivamente dentro do território brasileiro.

9.2. A utilização de múltiplas zonas de disponibilidade permite que, em caso de falha em uma zona específica — seja por indisponibilidade de infraestrutura, falhas de energia ou desastres naturais — os serviços possam ser automaticamente redirecionados para outra zona funcional, sem interrupção perceptível para os usuários finais. Essa abordagem é essencial para atender aos requisitos de disponibilidade, integridade e continuidade de negócios estabelecidos nas diretrizes de segurança cibernética da CAIXA.

9.3. Além disso, os fornecedores devem assegurar que:

9.3.1. Os dados e serviços estejam replicados de forma síncrona ou assíncrona entre as zonas, conforme a criticidade da aplicação;

9.3.2. Os mecanismos de balanceamento de carga e failover estejam devidamente configurados e testados periodicamente;

9.3.3. Toda a infraestrutura esteja em conformidade com os requisitos regulatórios e legais aplicáveis no Brasil, incluindo a residência dos dados em território nacional;

9.3.4. Haja documentação clara sobre os procedimentos de recuperação e continuidade em caso de falhas regionais.

9.3.5. A adoção dessa estratégia fortalece a postura de segurança da CAIXA frente a incidentes operacionais e cibernéticos, além de alinhar-se às melhores práticas de arquitetura em nuvem recomendadas pelo mercado.

10. OUTROS CONTROLES DE SEGURANÇA NO AMBIENTE DA CONTRATADA DO SERVIÇO DE NUVEM

10.1. O Provedor de Serviços em Nuvem deve habilitar o registro completo do Hypervisor que suporta os serviços da CAIXA, e deve suportar o uso de máquinas virtuais (Trusted VM) fornecidas pela CAIXA, desde que estas máquinas estejam em conformidade com as políticas e práticas de segurança de rede exigidas pelo Provedor.

11. EVIDÊNCIAS DE CONFORMIDADE E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA A FISCALIZAÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Com a existência de vários controles de segurança, muitos deles de caráter técnico, torna-se necessário que as áreas gestoras de Segurança da Informação, Segurança Cibernética, Arquitetura de TI e Risco de TI definam os procedimentos adequados de como realizar e registrar a fiscalização.

11.2. A seguir são definidas as formas de validação dos requisitos de segurança cibernética listados neste Guia e a etapa do ciclo de vida do fornecedor em que elas devem ser

aplicadas. Trata-se de uma série de certificações reconhecidas no mercado, aplicáveis a fornecedores de solução em nuvem.

- 11.3. Para serviços de nuvem, caso a Contratada pela CAIXA e o Provedor de Serviços em Nuvem sejam empresas diferentes, a referida Contratada terá a responsabilidade de obter as documentações exigidas do Provedor, para apresentação à CAIXA.
- 11.4. Os documentos exigidos devem ter a sua primeira versão entregue antes da assinatura do contrato, e devem ser reiterados de acordo com a vigência indicada nos quadros abaixo. O Due Diligence presencial é facultativo e será feito a critério da CAIXA.
- 11.5. Caso o prazo de validade da certificação ainda esteja vigente com relação à última apresentação, não é necessária uma nova apresentação.

| REQUISITOS | OBJETIVO | DESCRIÇÃO | FORMA DE CONTROLE | VIGÊNCIA |
|--------------------------|--|---|--|-------------|
| Due Diligence Presencial | Sempre que a CAIXA julgar necessário, poderá realizar visitas in-loco às zonas de disponibilidade da Contratada para verificar os requisitos de segurança do presente Guia | A CAIXA, por iniciativa própria, fará due diligence presencial em função de discrepâncias identificadas em relatórios de auditoria entregues ou dúvidas onde apenas a documentação não seja suficiente. | A visita poderá ser realizada por equipe própria da CAIXA ou empresa designada pela CAIXA | SOB DEMANDA |
| Due Diligence Remoto | Constatar que os processos determinados pela CAIXA estão sendo seguidos, conforme descrição do Guia | Conjunto de documentos listados na seção 5, combinados com qualquer outro que se faça necessário para comprovar atendimento dos requisitos do Guia. Quando não comprovados por certificação, os itens exigidos no Guia devem ser certificados por empresa de auditoria independente. | Relatórios próprios da empresa para comprovação do atendimento aos itens do Guia, desde que ratificados por empresa de auditoria independente Relatório de empresa de auditoria independente, a ser apresentado pela Contratada | SOB DEMANDA |

11.6. CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS AOS FORNECEDORES DE SERVIÇOS EM NUVEM:

| REQUISITOS | OBJETIVO | DESCRIÇÃO | FORMA DE CONTROLE | VIGÊNCIA |
|--|--|---|---|-----------|
| FIPS 140-2 Nível 2 para SaaS e PaaS e FIPS 140-2 nível 3 para IaaS | Garantir que o provedor tenha mecanismo seguro para proteção de chaves criptográficas que sustentem os seus processos | Certificação do NIST que atesta um nível elevado de segurança para o HSM | Apresentar certificado FIPS 140-2 para equipamento utilizado no Provedor de Serviços em Nuvem | ANUAL |
| Certificação SOC 2 – Tipos 1 e 2 | Garantir acesso a uma avaliação independente, por meio de relatório de auditoria, sobre o ambiente de controle do provedor, relevante para a segurança, disponibilidade, confidencialidade e privacidade | SOC TYPE 2 Fornece relatórios com descrição do ambiente de controles do provedor e da auditoria externa dos controles que atendem aos princípios e critérios de segurança, disponibilidade e confidencialidade dos serviços de confiança do AICPA | Disponibilizar relatório de auditoria em nome do Provedor de Nuvem | SEMESTRAL |

12. GLOSSÁRIO

- 12.1. AICPA (American Institute of Certified Public Accountants) - Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados - É a associação profissional nacional dos contadores dos Estados Unidos, com mais de 330.000 membros, incluindo contadores com atuação em negócios, indústria, governo e educação, estudantes e associados estrangeiros.
- 12.2. Atividades críticas - atividades que devem ser executadas de forma a garantir a consecução dos produtos e serviços fundamentais, de tal forma que permitam atingir os seus objetivos mais importantes e sensíveis ao tempo (Adaptado da portaria PR/GSI nº 93, de 26 de setembro de 2019).

- 12.3. BYOD (Bring Your Own Device) – política que prevê a utilização de recursos do próprio empregado para realização das atividades laborais.
- 12.4. CASB (Cloud Access Security Broker) – Agente de segurança em nuvem que monitora as atividades e aplica políticas de segurança.
- 12.5. Dados estratégicos – dados que subsidiam a tomada de decisão, planos estratégicos, planejamentos, diretrizes, análise de riscos, oportunidades e ambições da CAIXA, podendo estar relacionados a processos e/ou produtos estratégicos/prioritários para a empresa. A perda, modificação ou divulgação não autorizada desses dados pode afetar a competitividade e a governança corporativa da CAIXA.
- 12.6. Fornecedor – pessoa física ou jurídica, contratada para fornecer bens ou serviços para a CAIXA, o qual se encontra integrado à cadeia produtiva da empresa.
- 12.7. FIPS (Federal Information Processing Standards) – padrões desenvolvidos pelo NIST para uso em sistemas de computador por agências do governo americano não-militares e contratantes do governo.
- 12.8. Gestor de TI – empregado com atribuições gerenciais designado pela Unidade Executora para coordenar e comandar a utilização e execução no tocante aos aspectos técnicos do contrato, conforme TE165.
- 12.9. Hardening - é um processo de mapeamento das ameaças, mitigação dos riscos e execução das atividades corretivas, com foco na infraestrutura e objetivo principal de torná-la preparada para enfrentar tentativas de ataque.
- 12.10. HSM (Hardware Security Module) – equipamento para o armazenamento seguro de chaves criptográficas.
- 12.11. Informação Corporativa - informação não pública que possui valor para o negócio da CAIXA e sua perda, modificação ou divulgação não autorizada pode gerar impactos para a CAIXA.
- 12.12. Informação Pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem abrangendo clientes ou empregados da CAIXA.
- 12.13. Key Vault – Estrutura segura de armazenamento para chaves criptográficas e certificados.
- 12.14. LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, no 13.709 de 14 de agosto de 2018.

- 12.15. MAM (Mobile Application Management) – Solução que permite controlar os dados de negócios nos dispositivos pessoais dos usuários.
- 12.16. MDM (Mobile Device Management) – Solução que permite configurar políticas de proteção de dados em seus dispositivos móveis. Quando um dispositivo está sob o gerenciamento de dispositivo móvel, é possível controlar todo o dispositivo, apagar dados dele e também redefini-lo para as configurações de fábrica.
- 12.17. NAC (Network Access Control) – Tecnologia que viabiliza a implementação de políticas para controlar o acesso à rede corporativa. Tais políticas podem ser baseadas em autenticação do dispositivo, configuração do endpoint (postura) ou identidade do usuário.
- 12.18. NIST (National Institute of Standards and Technology) – Instituto de padrões de tecnologia do governo dos Estados Unidos da América.
- 12.19. OTP (One Time Password) – Senha de uma única utilização.
- 12.20. OWASP (Open Web Application Security Project) – Fundação que orienta internacionalmente ações para melhoria da segurança de software.
- 12.21. Regime de Resolução - quando uma instituição financeira apresenta grave comprometimento do seu patrimônio ou dificuldade de honrar seus compromissos, o Banco Central (BC) pode determinar aos seus controladores que aportem os recursos necessários, transfiram o controle, reorganizem a sociedade ou adotem medidas de recuperação.
- 12.22. Relacionamento com Fornecedor – conjunto de ações realizadas previamente e durante a vigência dos contratos que favoreçam a gestão dos mesmos, mantendo-se um clima de parceria, sem prejuízo do acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.23. Tratamento de Dados - toda operação realizada com dados pessoais ou corporativos, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 12.24. SOC (Service Organization Controls) – Serviço de auditoria independente que avalia requisitos de conformidade e geração de relatórios.
- 12.25.** SSO – Ferramenta de Single Sign-On.

ANEXO I-F**SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE****1. GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Máximo**

- 1.1. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 1.2. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 1.3. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 1.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 1.5. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 1.6. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 1.7. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 1.8. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.
- 1.9. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 1.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

- 1.11. A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.
- 1.12. A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 1.13. A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte conteúdo:
- Política de Segurança da Informação: Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA.
 - Tratamento da Informação: Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”; Descarte seguro de informação.
 - Reporte de Incidentes: Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA.
 - *Privacy by Design* e *Secure by Design*: Metodologia e princípios.
 - Fundamentos para Segurança Digital: Conceitos básicos de segurança digital; Uso da Internet.
 - Segurança de Dispositivos Digitais Pessoais: Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais; Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; Mantendo o dispositivo; Vulnerabilidades e ameaças.
 - Segurança em Redes: Segurança na Internet; Segurança em redes *wi-fi* públicas; Proteção de redes pessoais; Computação em nuvem.
 - Segurança do Usuário: Autenticação no acesso a sistema e a serviços; Proteção de contas pessoais; Mídias sociais; Segurança com e-mails; Armazenamento e compartilhamento de dados; Qualidade de vida digital; Segurança de dados do usuário em viagens.
 - Segurança e Comportamento em Mídias Sociais: Netiqueta; Construindo seu perfil na Internet; Segurança em mídias sociais; Administrando seu rastro digital; Uso saudável de mídias sociais; Fake News; Jogos online.
 - Comunidades Digitais: Educação na Internet; Construindo comunidades digitais cidadãos; Empreendedorismo na Internet.
 - Criptografia: Criptografia; Certificação Digital; Assinatura Digital.
 - Direito Digital: Conceitos jurídicos e legislação relacionada à segurança da

informação; Direitos autorais; Fraudes; Assédio virtual; Crimes cibernéticos; Crimes na Internet; Hacktivismo.

- Prevenção à fraude: Engenharia social (formas defensivas contra *Phishing* e *Smishing*).

- 1.14. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.13.
- 1.15. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 1.16. A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.
- 1.17. A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 1.18. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 1.13 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 1.12, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.
- 1.19. O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:
- a) Multa;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 1.19.1. A multa poderá ser aplicada na hipótese de não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do faturamento referente ao mês da ocorrência do descumprimento contratual.

- 1.19.2. A CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de Plano de Melhoria à CONTRATADA constatado o não atendimento a qualquer requisito de segurança definido no instrumento contratual.
- 1.19.3. Constatada a execução insatisfatória do Plano de Melhoria, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá promover a rescisão antecipada do contrato, ressaltado o seu direito à indenização pelos prejuízos eventualmente constatados e aplicação da penalidade contratual a ela associada.
- 1.20. Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a executar o Plano de Continuidade de Negócios aprovado pela CAIXA.
- 1.21. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 1.22. No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:
- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
 - b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
 - c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.
- 1.23. A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.
- 1.24. A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.
- 1.25. A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
- 1.26. O treinamento de segurança da informação e proteção de dados referido no item 1.13 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.

- 1.27. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 1.26, caso estabelecido pela CONTRATANTE.
- 1.28. A CONTRATADA deve emitir relatório, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.
- 1.29. O relatório referido no item anterior deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.
- 1.30. A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.
- 1.31. A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 1.32. A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 1.33. A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 1.34. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 1.18 e dos demais a seguir:
- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 1.13 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b) Quantidade de relatórios, referidos no item 1.28, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - c) Quantidade de relatórios, referidos no item 1.33, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.

- 1.35. A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.
- 1.36. A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 1.37. A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 1.38. A CONTRATADA deve apresentar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.
- 1.39. A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura.

2. PRIVACIDADE

- 2.1. A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de dados pessoais de clientes, empregados e colaboradores da CONTRATANTE.
- 2.2. Para fins do contrato, A CONTRATANTE assume o papel de Controladora de dados pessoais e a CONTRATADA assume o papel de operadora de dados pessoais.
- 2.3. Para a execução da finalidade prevista no contrato, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA:
 - a) os dados pessoais envolvidos;
 - b) a categoria dos dados;
 - c) a natureza das operações realizadas.
- 2.4. A CONTRATADA se compromete a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destina seu tratamento, responsabilizando-se por qualquer acesso indevido.
- 2.5. A CONTRATADA deve garantir a confidencialidade no tratamento de dados pessoais, protegendo-os contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada.
- 2.6. A CONTRATADA está autorizada a tratar, em nome da CONTRATANTE, os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do contrato para as finalidades relacionadas ao objeto avençado que justificam o tratamento de dados pessoais.

- 2.7. A CONTRATADA deverá, quando do término das atividades de tratamento de dados pessoais ou ao final do contrato, a critério da CONTRATANTE, eliminar ou devolver todos os dados pessoais, acompanhados de todas as cópias.
- 2.8. A CONTRATADA deve manter, por escrito, o registro das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE.
- 2.9. A CONTRATADA deve colaborar com a CONTRATANTE no cumprimento de sua obrigação de responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares.
- 2.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente a CONTRATANTE o recebimento de requisição do titular de dados no exercício de seus direitos.
- 2.11. A CONTRATADA garantirá à CONTRATANTE a disponibilização de todas as informações necessárias para que esta consiga demonstrar o cumprimento de suas obrigações nos termos da LGPD, mantendo a documentação disponível para a realização de auditorias e quaisquer inspeções.
- 2.12. A CONTRATADA deve obrigatoriamente adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 2.13. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE de qualquer violação de dados pessoais imediatamente após tomar conhecimento, inclusive aplicando medidas de contenção, formalizando a ocorrência ao gestor operacional do contrato. Essa notificação deve ser acompanhada de todos os dados necessários para eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao(s) titular(es) de dados pessoais.
- 2.14. A CONTRATADA auxiliará a CONTRATANTE com as informações necessárias para cumprimento de suas obrigações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e quaisquer órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle, inclusive na elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).
- 2.15. A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE em caso de solicitações judiciais e de órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle para disponibilização de dados pessoais.
- 2.16. A CONTRATADA deverá observar os requisitos de privacidade desde a concepção em seus produtos, processos, serviços e soluções tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais referentes ao contrato.
- 2.17. A CONTRATADA somente poderá realizar transferência de dados pessoais para terceiros seguindo as instruções da CONTRATANTE ou mediante prévia autorização.

ANEXO I-G
PADRÃO TECNOLÓGICO

1. CONDIÇÕES GERAIS

| | | |
|-----------------------------|--|--|
| Plataforma hardware | Storage | Scale-Out |
| | Servidores | X86 |
| Plataforma servidora | SISTEMA OPERACIONAL | Red Hat 7.0 Windows 2016 |
| | SERVIDOR WEB | IIS 7 APACHE http Server 2.2 APACHE TOMCAT 7.0 |
| | SERVIDOR DE APLICAÇÕES | JBoss EAP 6.2 |
| | BANCO DE DADOS | SQL SERVER 2012 Oracle 10g |
| | JVM | Versão 1.6.0.13 |
| | SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO | RedHat Keycloak SSO |
| | SERVIÇO DE DIRETÓRIO | LDAP – Oracle Directory 11g RACF versão 1.6 |
| | SISTEMA OPERACIONAL | Windows 10 |
| | ANTIVÍRUS | McAfee Virusscan 10.7 |
| Estação Trabalho | BROWSER | Microsoft Edge Google Chrome 120.0.6099.63 Firefox 113 |
| | | Microsoft Office 365 |
| | | Adobe Acrobat Reader DC |
| | ESCRITÓRIO | Adobe Flash Player 15 |
| | | 7-Zip 16 |
| | | Java 1.8.0.31 |
| | | |
| | | |
| Integrações | Forma de integração on-line com os sistemas internos | Web Services (SOAP e REST) IBM Websphere MQ (Message Queue) |
| | | Web Services (SOAP e REST) |
| | Forma de integração on-line com os sistemas externos | Web Services (SOAP e REST) |
| | Forma de integração batch com os sistemas internos | Transferência de Arquivos ETL (Informática PowerCenter) |
| | Forma de integração batch com os sistemas externos | IBM B2B |
| | Protocolo de rede | Socket TCP/IP e/ou HTTP e HTTPS |
| Outros | Ferramenta de modelagem de dados | Power Designer versão 12 |
| | | JSON |

| | | |
|--|---|---|
| | Tipo de pacote para troca de mensagem | XML |
| | | Text/Plain |
| | | ISO 8583 |
| | Ferramenta de virtualização | Vmware versão 6.0 |
| | Ferramenta de gerenciamento de conteúdo (ECM) | IBM FileNet |
| | Ferramenta de ETL | PowerCenter versão 8 |
| | Ferramentas de BI | Pentaho Enterprise Premium Edition 7 |
| | | SAP BO 4.2 |
| | | Oracle BI Foundation 10G |
| | | Power BI Reporting Services e Desktop 2019. |
| | Ferramenta de Gerenciamento de Requisitos | Rational Requisite Composer |
| | Ferramenta de Gerenciamento de Mudanças | ITSM - BMC |
| | Ferramentas de Execução de Testes | Rational Performance Tester |
| | | Rational Functional Tester |
| | Ferramenta de transferência de arquivos | IBM B2B |
| | | IBBM Connect:Direct |
| | Ferramenta de Gestão de Testes | Rational Quality Manager |
| | Ferramentas de Gestão de Configuração | Rational Clear Case (ambiente centralizado) |
| | | Subversion (ambiente descentralizado) |

ANEXO I-H
HOMOLOGAÇÃO DA AMOSTRA

1. REGRAS PARA HOMOLOGAÇÃO DA AMOSTRA

- 1.1. Em até 5 dias úteis após a solicitação da CAIXA, será iniciada a etapa de homologação de amostra da solução, que tem como objetivo validar o desempenho declarado na etapa de qualificação técnica do certame, bem como atestar o atendimento aos requisitos requeridos para a solução.
- 1.2. Esta etapa tem duração prevista de até 5 dias úteis, podendo ser prorrogável à critério exclusivo da CAIXA, e será realizada de forma remota no período das 10h às 17h.
- 1.3. Caberá à licitante alocar as ferramentas e os recursos necessários para demonstração remota da solução, não cabendo custos adicionais para a CAIXA.
- 1.4. A licitante deverá demonstrar o funcionamento da solução com objetivo de comprovar à CAIXA o pleno atendimento às seguintes funcionalidades:
 - 1.4.1. A licitante deverá estar preparada, a partir da 1ª hora da etapa de homologação, para demonstrar à CAIXA o atendimento às funcionalidades citadas.
 - 1.4.2. Não serão admitidas tentativas frustradas de comprovação de atendimento aos requisitos, devendo a licitante demonstrá-los assim que a CAIXA requisitar.
 - 1.4.3. A não comprovação de atendimento às funcionalidades citadas neste documento resultará na não homologação da amostra.
 - 1.4.3.1. A não homologação da amostra, resultará na desclassificação da licitante do certame.
 - 1.4.4. Durante a Homologação da Amostra, a CAIXA, a seu critério, poderá fornecer a massa de dados para a avaliação/validação da amostra ou solicitar a licitante para que ela providencie.
- 1.5. É de inteira responsabilidade da licitante garantir a disponibilidade da solução e demais recursos durante todo o período da homologação.
- 1.6. Durante a Avaliação da Amostra, a CAIXA, a seu critério, poderá fornecer a massa de dados para avaliação da amostra ou solicitar a licitante para que a mesma providencie.

2. ROTEIRO PARA A ETAPA DE VALIDAÇÃO DA AMOSTRA

- 2.1. A LICITANTE deverá demonstrar o funcionamento da solução com objetivo de comprovar à CAIXA o pleno atendimento às seguintes funcionalidades:

| <i>Esclarecimentos sobre cada coluna ao final (Legenda)</i> | |
|--|-------------------------------|
| Requisitos | Requisito validado? (SIM/NÃO) |
| Descrição da necessidade (relação de requisitos a serem atendidos pela solução) | |
| GESTÃO DA CONCESSÃO | |
| Histórico de utilização dos últimos anos, informando as culturas, quando identificadas, o período de cultivo e apontando eventos de frustrações de safra, quando houver, utilizando métodos com emprego NDVI (Índice de Vegetação da Diferença Normalizada) ou índices equivalentes reconhecidamente aceitos na comunidade científica, com base no histórico de imagens. | |
| Presença de benfeitorias identificadas por meio de processamento de imagem de satélite. | |
| Sobreposição com áreas e tipos de coberturas do solo declarados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR que limitam ou impedem a exploração agropecuária, tais como Área de Servidão Administrativa, Área de Remanescente de Vegetação Nativa, Área de Preservação Permanente (APP), Área de Reserva Legal (RL). | |
| Sobreposição da área financiada com o polígono do imóvel declarado no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. | |
| Sobreposição com outras áreas e tipos de coberturas do solo, identificados por meio de processamento de imagem de satélite, que limitam ou impedem a exploração agropecuária. | |
| Sobreposição com áreas impeditivas previstas na seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural – MCR, quais sejam: Unidade de Conservação registrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Terras Indígenas homologadas, regularizadas ou definidas como Reserva Indígena no Sistema Indigenista de Informações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); terras ocupadas e tituladas por remanescentes das comunidades de quilombos; áreas embargadas por órgão ambiental Federal ou Estadual, compreendendo minimamente os Cadastros de Autuações Ambientais e Embargos do IBAMA e do ICMBio; Floresta Pública Tipo B (Não Destinada) registrada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas do Serviço Florestal Brasileiro. | |
| Quando houver sobreposição com Unidade de Conservação - UC, deve-se disponibilizar no relatório o nome da UC, o grupo a que pertence (proteção integral ou de uso sustentável) e a esfera responsável (municipal, estadual ou federal). | |
| Quando houver sobreposição com embargos ambientais, deve-se disponibilizar no relatório o nome do órgão responsável, o código do embargo (Termo de Apreensão e Depósito - TAD), o tamanho da área embargada em hectare, o CPF ou CNPJ do infrator, o número do processo e a descrição da infração. | |
| Sobreposição com áreas em que houve supressão de vegetação nativa, a partir dos alertas de desmatamento disponibilizados pela plataforma MapBiomias Alerta (https://plataforma.alerta.mapbiomas.org), informando o código do alerta, e da base de dados do sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Deve-se disponibilizar no relatório informações que permitam | |

| | |
|--|--|
| identificar a área desmatada, tal como o código do alerta de desmatamento da plataforma MapBiomas. | |
| Sobreposição com parcelas registras no SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária e no SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis, informando o código da parcela, a situação (registrada, titulada não registrada, não titulada, etc.), o status (certificada, registrada, etc.), o código do imóvel da parcela, o nome da área e a sua(s) respectiva(s) matrícula(s), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. | |
| Sobreposição com assentamentos da reforma agrária, informando nome e o código SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. | |
| As sobreposições devem ser apresentadas em área (ha) e em percentual, tomando como base de cálculo a área total das glebas analisadas. | |
| Levantamento de informações e validação dos imóveis rurais vinculados à proposta de crédito (a serem beneficiados com o crédito ou oferecidos em garantia), considerando as informações disponíveis para consulta pública no SICAR, compreendendo as seguintes verificações: | |
| O imóvel será identificado pelo código de recibo do CAR emitido pelo SICAR informado na proposta de crédito. | |
| Situação do cadastro do imóvel no SICAR (ex: ativo; pendente; suspenso; ou cancelado). | |
| Informação constante do campo "Condição externa" do cadastro do imóvel no SICAR. | |
| Sobreposição com áreas impeditivas previstas na seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural – MCR, quais sejam: Unidade de Conservação registrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Terras Indígenas homologadas, regularizadas ou definidas como Reserva Indígena no Sistema Indigenista de Informações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); terras ocupadas e tituladas por remanescentes das comunidades de quilombos; áreas embargadas por órgão ambiental Federal ou Estadual, compreendendo minimamente os Cadastros de Autuações Ambientais e Embargos do IBAMA e do ICMBio; Floresta Pública Tipo B (Não Destinada) registrada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas do Serviço Florestal Brasileiro. | |
| Sobreposição com áreas em que houve supressão de vegetação nativa, a partir dos alertas de desmatamento disponibilizados pela plataforma MapBiomas Alerta (https://plataforma.alerta.mapbiomas.org), informando o código do alerta, e da base de dados do sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Deve-se disponibilizar no relatório informações que permitam identificar a área desvegetada, tal como o código do alerta de desmatamento da plataforma MapBiomas. | |
| Sobreposição com parcelas registras no SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária e no SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis, informando o código da parcela, a situação (registrada, titulada não registrada, não titulada, etc.), o status (certificada, registrada, etc.), o código do imóvel da parcela, o nome da área e a sua(s) respectiva(s) matrícula(s), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. | |
| Sobreposição com assentamentos da reforma agrária, informando nome e o código SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), | |

| | |
|--|--|
| considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. | |
| As sobreposições devem ser apresentadas em área (ha) e em percentual, tomando como base de cálculo a área total do imóvel analisado, por tipo de área impeditiva sobreposta, com suas respectivas qualificações, quando houver (ex: Tipo de Área: Unidade de Conservação; Tipo de Unidade de Conservação: Estação Ecológica; Nome: Estação Ecológica de Águas Emendadas; Categoria: Proteção Integral; Área de sobreposição: 20 ha; Percentual de Sobreposição: 5%). | |
| Levantamento de informações, validação e valoração dos imóveis rurais ofertados em garantia e vinculados à proposta de crédito, considerando as informações disponíveis para consulta pública no SICAR, compreendendo as seguintes verificações: | |
| O imóvel será identificado pelo código de recibo do CAR emitido pelo SICAR informado na proposta de crédito. | |
| Situação do cadastro do imóvel no SICAR (ex: ativo; pendente; suspenso; ou cancelado). | |
| Informação constante do campo "Condição externa" do cadastro do imóvel no SICAR. | |
| Sobreposição com áreas impeditivas previstas na seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural – MCR, quais sejam: Unidade de Conservação registrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Terras Indígenas homologadas, regularizadas ou definidas como Reserva Indígena no Sistema Indigenista de Informações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); terras ocupadas e tituladas por remanescentes das comunidades de quilombos; áreas embargadas por órgão ambiental Federal ou Estadual, compreendendo minimamente os Cadastros de Autuações Ambientais e Embargos do IBAMA e do ICMBio; Floresta Pública Tipo B (Não Destinada) registrada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas do Serviço Florestal Brasileiro. | |
| Sobreposição com áreas em que houve supressão de vegetação nativa, a partir dos alertas de desmatamento disponibilizados pela plataforma MapBiomas Alerta (https://plataforma.alerta.mapbiomas.org), informando o código do alerta, e da base de dados do sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Deve-se disponibilizar no relatório informações que permitam identificar a área desmatada, tal como o código do alerta de desmatamento da plataforma MapBiomas. | |
| Sobreposição com parcelas registras no SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária e no SNCI - Sistema Nacional de Certificação de Imóveis, informando o código da parcela, a situação (registrada, titulada não registrada, não titulada, etc.), o status (certificada, registrada, etc.), o código do imóvel da parcela, o nome da área e a sua(s) respectiva(s) matrícula(s), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. | |
| Sobreposição com assentamentos da reforma agrária, informando nome e o código SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), considerando as bases geoespaciais disponibilizadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. | |
| As sobreposições devem ser apresentadas em área (ha) e em percentual, tomando como base de cálculo a área total do imóvel analisado, por tipo de área impeditiva sobreposta, com suas respectivas qualificações, quando houver (ex: Tipo de Área: Unidade de Conservação; Tipo de Unidade de Conservação: | |

| | |
|--|--|
| Estação Ecológica; Nome: Estação Ecológica de Águas Emendadas; Categoria: Proteção Integral; Área de sobreposição: 20 ha; Percentual de Sobreposição: 5%). | |
| Histórico de cobertura vegetal e uso do solo, informando as culturas, quando identificada, com base no histórico de imagens disponíveis da coleção do satélite. | |
| Presença de benfeitorias identificadas por meio de processamento de imagem de satélite. | |
| Identificação das áreas e tipos de coberturas do solo declarados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR que impactam o valor do imóvel. | |
| Valoração remota dos imóveis vinculados à proposta de crédito e ofertados em garantia, levando-se em considerando o valor da terra nua. | |
| Verificação da presença do(s) proponente(s) e/ou proprietários dos imóveis no Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. | |
| À medida que as propostas/informações forem incluídas na plataforma, o sistema deve verificar de forma automática eventuais irregularidades impeditivas à concessão do crédito. | |
| Apresentar uma base de mapas geoespaciais para visualização suporte e possibilidade de inserção de arquivos do tipo vetorial para representação de pontos, linhas e polígonos, estes podendo ser apresentados nas extensões kml, kmz, shp ou CAD. | |
| Todas as informações geradas a partir dos processos descritos acima devem ser disponibilizadas aos sistemas da Caixa em tempo real ou no máximo em D+1, quando as limitações tecnológicas assim justificarem, via API e entrega de relatório em arquivo com extensão CSV, bem como relatório em PDF assinado pelo responsável técnico, contendo a representação gráfica (mapa) das áreas e suas sobreposições. | |
| As soluções devem observar às exigências contidas na LGPD, bem como a necessidade de manutenção do sigilo bancário. | |
| O sistema deve ter capacidade de geração de arquivo para integração com rotinas batch e integração on-line com tecnologia RESTful e JSON. | |
| FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO | |
| É necessária solução de TI para realizar atividade de fiscalização e monitoramento que permita verificar os empreendimentos financiados e suas respectivas glebas, evolução das atividades agrícolas financiadas e intervenções passíveis de detecção pelo uso do sensoriamento remoto e, complementarmente, monitorar parâmetros de regularidade ambiental, social e climática de mutuários e propriedades rurais em tempo real, conforme atualização das fontes dessas informações. Nesse sentido a solução precisa possibilitar a análise e geração de relatórios dos empreendimentos financiados por meio de informações geoespaciais, considerando as mais avançadas ferramentas e técnicas disponíveis no mercado. | |
| Atendimento dos requisitos técnicos contidos no MCR 2-7-3, referente à análise por sensoriamento remoto das glebas financiadas considerando o atendimento dos itens obrigatórios do Manual de Crédito Rural que são empregados no item 2-7-4-a. | |
| Apresentar a possibilidade de inserção de dados geoespaciais em sistema de coordenadas geográficas ou projetadas e Datum de referência. | |
| Apresentar uma base de mapas geoespaciais para visualização suporte e possibilidade de inserção de arquivos do tipo vetorial para representação de pontos, linhas e polígonos, estes podendo ser apresentados nas extensões kml, kmz, shp ou CAD. | |

| | |
|--|--|
| Sem limite máximo de imagens a serem consultadas ou disponibilizadas pela ferramenta. | |
| Disponibilizar os metadados contidos em todas as imagens utilizadas a nível de exigência do BACEN. | |
| Apresentar conferência automática das informações de plantio coletados com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) durante processamento da fiscalização ou monitoramento. | |
| Permitir a intersecção de arquivos e edição, bem como possibilidade de apresentação de calculadora de campo básica, por exemplo, para o cálculo da sobreposição entre a área dos polígonos criados. | |
| Exigências quanto aos tipos de sensores, resoluções e processamento de imagens: | |
| Apresentar imagens com resolução espacial, com no mínimo 10m de proximidade, priorizando-se as melhores resoluções disponíveis, sendo este requisito essencial. Será considerado como item diferencial as empresas que apresentarem melhores resoluções. | |
| Apresentar resolução temporal deve ser menor ou igual a 5 dias, garantindo o maior nível de detalhe para análise. considerando a sazonalidade ambiental, extensão territorial e diversidade climatológica do país. | |
| Apresentar resolução espectral mínima exigida é de 4 bandas sendo estas, Azul (455 – 515nm), Verde (500 – 590nm), Vermelho (590 – 670nm) e NIR (780 – 860nm), sendo o desejável Azul Costal (431-45 nm), Azul (465-515nm), Verde I (513 - 549nm), Verde (547 - 583nm), Amarelo (600-620nm), Vermelho (650 - 680nm), Borda do Vermelho (697 - 713nm) e NIR (845 - 885nm). | |
| Apresentar resolução radiométrica mínima de 12bits, ou seja, é necessária uma distinção de 4096 níveis de cinza para o detalhamento da imagem, pois determina o quanto o sensor conseguirá captar de variações sutis dentro do universo terrestre. | |
| Exigências de correção e calibração das imagens: | |
| Correção atmosférica: Remove os efeitos atmosféricos (aerossóis, gases, vapor d'água) das imagens permitindo que os dados representem mais precisamente as características da superfície. | |
| Filtro de ruído: Aplica técnicas de filtragem para remoção de ruídos na imagem para que estas possam se apresentar mais claras e precisas. | |
| Descrição dos processamentos efetuados nas imagens disponibilizadas: | |
| Realce de imagem por contraste: Importante para destaque de detalhes. Exemplo: Aumento do realce da cor branca na detecção de palha em lavoura e telhados metálicos. | |
| Equalização de histograma: Redistribuição de valores de intensidade na imagem. | |
| Composição colorida: Método utilizado para visualização de dados em diferentes bandas espectrais. | |
| Classificação de imagem: Categorização de pixels em classes ou diferentes tipos de recobrimento de terra. | |
| Detecção de mudança: Deve estar disponível para verificação do analista no caso de estudo de séries temporais. É a possibilidade de comparar diferentes períodos e identificar mudanças. | |
| Dispor de armazenamento em nuvem para os dados já adquiridos e processados. | |
| Disponibilizar relatório com o detalhamento das atividades realizadas e documentação completa das metodologias e resultados obtidos, bem como laudo técnico com o parecer final, considerando a 'regularidade' ou 'irregularidade' da operação, com base nas informações relevantes da análise. | |

| | |
|--|--|
| À medida que as operações forem cadastradas no sistema de monitoramento, o sistema deve possuir rotina automática de geração de alertas de eventuais irregularidades identificadas na operação. | |
| O sistema deve ter capacidade de geração de arquivo para integração com rotinas batch e integração on-line com tecnologia RESTful e JSON. | |
| Disponibilizar relatórios e painéis gerenciais (dashboard) demonstrativos contendo status dos processos de fiscalização e monitoramento, com possibilidade de pesquisa considerando REFBACEN, código do contrato, nome e/ou CPF/CNPJ do mutuário e código do CAR. | |
| Prover monitoramento das operações de crédito rural, considerando as diversas ferramentas e técnicas disponíveis no mercado com aplicabilidade para o crédito rural, compreendendo toda a carteira de operações ativas, conforme atualização das bases de informações utilizadas: | |
| Monitoramento ativo de evolução de plantio e verificação de enquadramento no ZARC | |
| Monitoramento ativo da evolução do empreendimento com emissão de alertas para ocorrências que possam vir a prejudicá-lo | |
| Monitoramento ativo de parâmetros da PRSAC passíveis de monitoramento, segundo o MCR. | |
| Possibilitar a geração de relatório socioambiental com todas as informações da operação, com o destaque ao item que gerou o alerta. | |
| A análise e geração de relatórios de monitoramento por meio de informações geoespaciais, deverá considerar os seguintes parâmetros: | |
| Mutuário | |
| Lista de trabalho análogo ao escravo no CPF | |
| Propriedade declarada no CAR, gleba beneficiada e, quando houver, polígono total registrado no SIGEF. | |
| Área Beneficiada/financiada | |
| Informações atuais do demonstrativo do CAR: | |
| Situação cadastro | |
| Condição cadastro | |
| Situação da reserva legal (informada no CAR) | |
| Área total em hectares | |
| Restrições, se houver | |
| Histórico do cadastro de CAR para a propriedade. | |
| Área Consolidada | |
| Área de Remanescente de Vegetação Nativa | |
| Área de Preservação Permanente (APP) | |
| Sobreposições: | |
| Embargos no Ibama | |
| Área indígena, quilombolas, assentamentos, unidade de conservação e sobreposição com outras áreas de Vegetação Nativa, Área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente | |
| Florestas Nacionais Tipo B | |
| Análise de supressão de Área de Vegetação Nativa, Área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente. | |
| Presença de culturas anuais considerando os seguintes parâmetros: | |
| Cultura identificada, quando for o caso | |
| Área plantada (ha) da cultura identificada | |

| | |
|---|--|
| Área plantada (ha) de cultura(s) diversa(s) | |
| Data estimada do início de plantio | |
| Data estimada de fim de plantio | |
| Estágio evolutivo da cultura identificada | |
| Data estimada de início de colheita | |
| Data estimada de fim de colheita | |
| Eventos climáticos adversos. | |
| Presença de culturas perenes considerando os seguintes parâmetros: | |
| Cultura identificada (quando identificada) | |
| Área plantada (ha) da cultura identificada | |
| Área plantada (ha) de cultura(s) diversa(s) | |
| Data estimada início de plantio, quando for formação da cultura. | |
| Data estimada fim de plantio, quando for formação da cultura. | |
| Eventos climáticos adversos, quando houver. | |
| Histórico de exploração da gleba beneficiada | |

3. OS ITENS ACIMA SERÃO AVALIADOS CONSIDERANDO OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

- 3.1. Na etapa de Homologação da Amostra, a LICITANTE deverá comprovar à CAIXA o cumprimento dos Requisitos constantes na planilha do item 2.1 que compõe este ANEXO.
- 3.2. A não comprovação de atendimento às funcionalidades citadas neste documento resultará na não Homologação da Amostra.
- 3.3. A LICITANTE será considerada APTA na validação caso atinja 100% de atendimentos aos requisitos sinalizados como SIM na coluna **“Requisito Validado? (SIM/NÃO)”** da tabela do item 2.1.
- 3.4. A etapa de Homologação da Amostra será realizada com a participação das Unidades da CAIXA responsáveis pela Gestão Operacional do contrato, pela Arquitetura de TI e pelo Negócio.
- 3.5. Preferencialmente, a LICITANTE comprovará o cumprimento dos Requisitos mediante navegação na solução, no dia agendado para a Homologação da Amostra.
- 3.6. Poderá ainda a LICITANTE se valer de outros meios cabíveis e que da mesma forma evidenciem que a solução a ser ofertada cumpre com os requisitos relacionados na tabela do item 2.1 deste ANEXO.
- 3.7. É dever da LICITANTE estar devidamente preparada para a demonstração dos Requisitos na Homologação da Amostra no prazo previamente definido no edital.
- 3.7.1. Não serão acatadas as seguintes justificativas para descumprimento da etapa de Homologação da Amostra:
 - a) Desconhecimento da etapa pela LICITANTE; e
 - b) Falta de prazo para que a LICITANTE se prepare técnica e documentalmente para a etapa.
- 3.7.2. A etapa da Homologação da Amostra poderá ser estendida, caso, por razões justificáveis e por aprovação da CAIXA, não possa ser concluída no prazo proposto no item 1.2.
- 3.8. Ao término da etapa de Homologação da Amostra, a LICITANTE deverá documentar, de forma detalhada, em relatório, todo o processo de Homologação da Amostra,

evidenciando o cumprimento de todas as exigências estipuladas em até 2 (dois) dias corridos após a apresentação para a CAIXA.

- 3.9. A CAIXA avaliará o resultado dos testes e analisará o relatório da licitante com os resultados obtidos e emitirá relatório técnico conclusivo, aprovando ou reprovando a amostra.
- 3.10. Após concluída a etapa de Homologação da Amostra, o resultado será divulgado no Portal de Licitações da CAIXA.

**ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL**

LICITAÇÃO CAIXA Nº 360/2025

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de ferramenta para gestão de compliance de operações de crédito para Agronegócio, contemplando licenciamento na modalidade SaaS (Software as a Service), parametrização, manutenção, suporte e transferência de conhecimento, conforme especificações técnicas, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.

| SERVIÇO OBJETO DE CONTRATAÇÃO | Recorrência | Medida | QTDE estimada (vigência) | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|--|---|----------------------|--------------------------|----------------|-------------|
| Ativação (Setup) | única | Implantação | 1 | R\$ | R\$ |
| Disponibilização da Plataforma para Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (Com garantia de Sustentação) | mensal | Disponibilização | 24 | R\$ | R\$ |
| Monitoramento Agrícola (alertas de plantio, desenvolvimento e colheita) | Contínua/plataforma | Operações | 8.000 | R\$ | R\$ |
| Laudo de Fiscalização | Sob demanda | Relatório | 1.760 | R\$ | R\$ |
| Valoração Remota de Imóvel | Sob demanda | Relatório | 16.000 | R\$ | R\$ |
| Validação contratação - ESG + Histórico Cultivo | Sob demanda | Relatório | 100.000 | R\$ | R\$ |
| Módulo e validação ESG/monitoramento | Sob demanda | Geração de Relatório | 2.000 | R\$ | R\$ |
| | Acesso livre ao módulo ESG dentro da plataforma para consulta/validação ilimitada | Consulta/validação | 4.000 | R\$ | R\$ |
| Integração e Customização (sob demanda) | Sob demanda | Horas | 960 | R\$ | R\$ |
| Transferência de conhecimento (sob demanda) | Sob demanda | Turmas | 6 | R\$ | R\$ |
| PREÇO GLOBAL | | | | | R\$ |

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$_____ (valor por extenso)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: () dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 90 dias, conforme item 5.3.3 do Edital)

PRAZO PARA INÍCIO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO - a contar da data de assinatura do contrato.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, **DECLARA:**

1. se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.5 e subitens deste edital.
3. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
4. Que na apresentação dessa proposta, não houve ocorrência de Registro de Oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Resolução CGPAR nº 29, de 05 de abril de 2022.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome/CPF

INSTRUÇÕES: Para a elaboração da proposta ver, em especial, item 5 do Edital.

ANEXO III
PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS

| Objeto | Itens | Descrição dos serviços | Recorrência | Medida | QTDE estimada | Preço Unitário | Preço Total |
|--|-------|--|--|----------------------|---------------|----------------|-------------------------|
| Prestação de Serviço de Uso de Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas – Plataforma Sistêmica | 1 | Ativação (Setup) | única | Implantação | 1 | R\$ 84.000,00 | R\$ 84.000,00 |
| | 2 | Disponibilização da Plataforma para Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (Com Garantia de Sustentação) | mensal | Disponibilização | 24 | R\$ 2.916,66 | R\$ 69.999,84 |
| | 3 | Monitoramento Agrícola (alertas de plantio, desenvolvimento e colheita) | Contínua/ plataforma | Operações | 8000 | R\$ 210,00 | R\$ 1.680.000,00 |
| | 4 | Laudo de Fiscalização | Sob demanda | Relatório | 1760 | R\$ 175,22 | R\$ 308.387,20 |
| | 5 | Valoração Remota de Imóvel | Sob demanda | Relatório | 16.000 | R\$ 237,36 | R\$ 3.797.760,00 |
| | 6 | Validação contratação - ESG + Histórico Cultivo | Sob demanda | Relatório | 100.000 | R\$ 32,50 | R\$ 3.250.000,00 |
| | 7 | Módulo e validação ESG/ monitoramento | Sob demanda | Geração de Relatório | 2.000 | R\$ 65,14 | R\$ 130.280,00 |
| | | | Acesso livre ao módulo ESG dentro da plataforma para consulta/ validação ilimitada | Consulta/validação | 4.000 | R\$ 65,00 | R\$ 260.000,00 |
| | 8 | Integração e Customização (sob demanda) | Sob demanda | Horas | 960 | R\$ 350,00 | R\$ 336.000,00 |
| | 9 | Treinamento para administração da plataforma | Sob demanda | Turmas | 6 | R\$ 1.400,00 | R\$ 8.400,00 |
| TOTAL ESTIMADO (24 MESES) | | | | | | | R\$ 9.924.827,04 |

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º _____, PARA O FORNECIMENTO DE FERRAMENTA PARA GESTÃO DE COMPLIANCE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA AGRONEGÓCIO, CONTEMPLANDO LICENCIAMENTO NA MODALIDADE SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE), PARAMETRIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, EM TERRITÓRIO NACIONAL, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização do(a) _____ da CAIXA, constante do Processo Administrativo nº 5688.01.1463.0/2025, *Licitação Caixa nº 360/2025*, têm justo e contratada prestação do serviço objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado), bem como às cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto fornecimento de ferramenta para gestão de compliance de operações de crédito para agronegócio, contemplando licenciamento na modalidade SaaS (Software as a Service), parametrização, manutenção, suporte e transferência de conhecimento, conforme especificações técnicas, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses em território nacional.

Parágrafo Único - A especificação pormenorizada do objeto contratado, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I e seus anexos, que integra(m) e complementa(m) este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas neste contrato e anexos:

- I Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CAIXA e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, assumindo total responsabilidade sobre as instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus, ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;
- II Recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos com pontualidade, apresentando à CAIXA os documentos comprobatórios de toda e qualquer quitação, inclusive os relativos aos salários, benefícios e encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, sendo diligentes na substituição de seus empregados quando necessário em face de incompatibilidades identificadas no desempenho da atividade, bem como em ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;
- III Manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato;
- IV Conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que os mesmos atingem o nível de adequação descrito pela CAIXA, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;
- V Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços e prontamente prestar esclarecimentos sempre que lhe forem solicitados;
- VI Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;

- VII Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;
- VIII Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;
- IX Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- X Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;
- XI Atender às solicitações da CAIXA para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno contratado, cabendo à CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;
- XII Fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;
- XIII Informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF(MF) dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;
- XIV Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA.

- XV Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- XVI Obedecer às normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;
- XVII Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- XVIII Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- XIX Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;
- XX Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- XXI Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da CAIXA;
- XXII Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto contratado, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXIII Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;
- XXIV Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- XXV Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e

encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

- XXVI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XXVII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão;
- XXVIII Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;
- XXIX Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.
- XXX Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- XXXI Manter conduta compatível com as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, disponível pelo link: <https://licitacoes1.caixa.gov.br/sicve-anexo/uploadArquivo?getfile=MjAyNS83LzMvMzRjZjFINzcxwNjU5ZTI3ODYyMWMwNGM2ZjNIYzBhMmVfMTc1MTU2NTI3NDc2OC5wZGYmQ8OzZGlnbyBkZSBDb25kdXRhIEZvcn5lY2Vkb3lgQ0FJWEEucGRm>
- XXXII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XXXIII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na CEGTI - CN GOVERNANCA DE TI, situada a QUADRA SEPN 512 CJT C LOTE 9/10 - 4 AND, ASA NORTE, BRASILIA, CEP 70760-500, CEGTI14@CAIXA.GOV.BR, no prazo de 5 (cinco) dias uteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.
- XXXIV- Aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA, inclusive transferência da posição contratual para terceiros, quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA ou eventual instituição de

transição ou para um adquirente definitivo, garantindo a continuidade da prestação do serviço até o final do contrato.

- XXXV Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.
- XXXVI Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- XXXVII Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 76 da Lei 13.303/2016;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA.
- IV Guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA, para a execução das atividades contratadas, durante a vigência do contrato;
- II Notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizando justificativa;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.
- IV Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.
- V Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.
- VI Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas em lei e neste contrato.

Parágrafo Primeiro – No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):

- a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
- a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
- a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.
- IX Aplicar treinamento anual para seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, podendo para isso utilizar material de referência fornecido pela CAIXA e apresentar a respectiva Declaração de Treinamento dos Empregados, anexo ao contrato, comprovando a conclusão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a partir da assinatura do contrato.
- a) Caso a CONTRATADA tenha realizado cursos com temática similar, poderá ser apresentada evidência comprobatória (certificado, declaração ou documento equivalente), no mesmo prazo, sendo a carga horária mínima exigida de 05 (cinco) horas.
- b) A cada anualidade do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar evidência comprobatória das ações realizadas ao seu quadro funcional durante esse período de vigência do contrato e durante a jornada de trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E SUA REVISÃO

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários abaixo indicados, perfazendo o valor global estimado de R\$ _____ (valor por extenso), pelo período de vigência do contrato.

| SERVIÇO OBJETO DE CONTRATAÇÃO | Recorrência | Medida | Qtde | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|--|---|----------------------|---------|----------------|-------------|
| Ativação (Setup) | única | Implantação | 1 | R\$ | R\$ |
| Disponibilização da Plataforma para Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (Com garantia de Sustentação) | mensal | Disponibilização | 24 | R\$ | R\$ |
| Monitoramento Agrícola (alertas de plantio, desenvolvimento e colheita) | Contínua/plataforma | Operações | 8.000 | R\$ | R\$ |
| Laudo de Fiscalização | Sob demanda | Relatório | 1.760 | R\$ | R\$ |
| Valoração Remota de Imóvel | Sob demanda | Relatório | 16.000 | R\$ | R\$ |
| Validação contratação - ESG + Histórico Cultivo | Sob demanda | Relatório | 100.000 | R\$ | R\$ |
| Módulo e validação ESG/monitoramento | Sob demanda | Geração de Relatório | 2.000 | R\$ | R\$ |
| | Acesso livre ao módulo ESG dentro da plataforma para consulta/validação ilimitada | Consulta/validação | 4.000 | R\$ | R\$ |
| Integração e Customização (sob demanda) | Sob demanda | Horas | 960 | R\$ | R\$ |
| Transferência de conhecimento (sob demanda) | Sob demanda | Turmas | 6 | R\$ | R\$ |
| PREÇO GLOBAL | | | | | R\$ |

Parágrafo Primeiro – É admitida a revisão de preços deste contrato, para mais ou para menos, limitada à variação obtida pelo Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo – Na primeira revisão, o prazo de 12 (doze) meses será a contar da data limite para entrega das propostas na licitação. As revisões subsequentes observarão o mesmo intervalo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do último reajuste aplicado.

- I Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de revisão dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito à revisão de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.

- II Ocorrerá a preclusão do direito à revisão se o pedido for apresentado depois de extinto o contrato.
- III Em nenhuma hipótese será permitida a majoração superior ao índice ou à cesta de índices do *caput*, sendo, portanto, o limitador da revisão;
- IV O índice a ser aplicado será a variação apurada dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do direito.

Parágrafo Terceiro – A variação do valor contratual para fazer face à revisão de preços prevista no próprio contrato dispensa a celebração de termo aditivo, podendo ser formalizado por apostilamento.

Parágrafo Quarto - A contratada pode interpor recurso administrativo, sem efeito suspensivo, sobre os cálculos efetuados pela CAIXA para a concessão da revisão de preços, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação do ato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

- I Para efeito de pagamento, os desembolsos seguirão o seguinte cronograma:

| SERVIÇO OBJETO DE CONTRATAÇÃO | Recorrência | Medida | Qtde | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|--|--|----------------------|---------|----------------|-------------|
| Ativação (Setup) | única | Implantação | 1 | R\$ | R\$ |
| Disponibilização da Plataforma para Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (Com garantia de Sustentação) | mensal | Disponibilização | 24 | R\$ | R\$ |
| Monitoramento Agrícola (alertas de plantio, desenvolvimento e colheita) | Contínua/ plataforma | Operações | 8.000 | R\$ | R\$ |
| Laudo de Fiscalização | Sob demanda | Relatório | 1.760 | R\$ | R\$ |
| Valoração Remota de Imóvel | Sob demanda | Relatório | 16.000 | R\$ | R\$ |
| Validação contratação - ESG + Histórico Cultivo | Sob demanda | Relatório | 100.000 | R\$ | R\$ |
| Módulo e validação ESG/ monitoramento | Sob demanda | Geração de Relatório | 2.000 | R\$ | R\$ |
| | Acesso livre ao módulo ESG dentro da plataforma para | Consulta/ validação | 4.000 | R\$ | R\$ |

| | | | | | |
|--|------------------------------|--------|-----|-----|-----|
| | consulta/validação ilimitada | | | | |
| Integração e Customização (sob demanda) | Sob demanda | Horas | 960 | R\$ | R\$ |
| Transferência de conhecimento (sob demanda) | Sob demanda | Turmas | 6 | R\$ | R\$ |
| PREÇO GLOBAL | | | | | R\$ |

- a) A **Ativação da Solução** (Setup) será remunerada, em parcela única, somente após a conclusão da Etapa 2 - Execução do plano de ativação da Solução.
- b) Pela **Disponibilização da Solução com Garantia de Sustentação**, o pagamento será efetuado em parcelas mensais, após o Aceite pelo time CAIXA.
- c) Os **serviços sob demanda** terão o seu pagamento efetuado após o aceite pela CAIXA, sem obrigação de consumo mínimo, ou seja, o volume não utilizado não será remunerado.
- d) Não será permitida a cobrança:
 - Retroativa de valores referentes aos serviços de suporte técnico e de atualização de versões;
 - De valores relativos a serviço de correção de erros, inclusive retroativos;
 - De taxa específica para o restabelecimento dos serviços agregados.
- e) Não será permitida a cobrança: Nenhuma regra, condição ou referência externa ao contrato será considerada para regular a sua execução, valendo, para tanto, os estritos termos transcritos no contrato e seus anexos, inclusive neste instrumento.

Parágrafo Primeiro - O correspondente documento fiscal deve ser apresentado à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura, cabendo à contratada emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

- I Quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentado no 1º dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo e apresentar juntamente:

- I A identificação completa da CAIXA, para o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;

- II Descrição de todos os serviços/itens que compõem a respectiva nota fiscal/fatura de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.
- III Bens e serviços negociados na Proposta Comercial como benefícios do contrato, sem ônus para a CAIXA, devem ser informados pela Contratada no documento fiscal como item de benefício para ateste, sem qualquer remuneração a ele associada.

Parágrafo Terceiro – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

Parágrafo Quarto – A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quinto – Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantos documentos fiscais forem necessários, independentemente de a CONTRATADA estar ou não nele estabelecida e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

Parágrafo Sexto – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo – A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Oitavo - A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

Parágrafo Nono - Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

Parágrafo Décimo – Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

Parágrafo Décimo Primeiro – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGP-M2) \times \dots (1 + IGP-M-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº. 13.303/2016.

Parágrafo Primeiro – O interesse da CONTRATADA na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

Parágrafo Segundo – A prorrogação dar-se-á por apostilamento, quando houver manifestação formal e expressa da CONTRATADA e não houver alteração das demais disposições contratuais, dispensando-se a assinatura da CONTRATADA. Caso a prorrogação esteja acompanhada de alterações contratuais que impliquem modificação das obrigações pactuadas, tais ajustes serão formalizados por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução deste contrato caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RESSARCIMENTO

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1 + IGP-M1) \times (1 + IGPM-2) \times \dots (1 + IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

Parágrafo Quarto – Caso o acumulado dos índices de correção monetária seja negativo (deflação) para o período referenciado, esse não deverá ser considerado no cálculo de atualização, prevalecendo o valor nominal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- I Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ _____ (valor por extenso), que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro;
- II Seguro-garantia;
- III Fiança bancária

Parágrafo Primeiro - A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

- I Correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

Parágrafo Segundo – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

Parágrafo Terceiro – A apólice do **seguro-garantia** deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 (trinta) dias, após a última data de vencimento do contrato;

- I O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.
 - a) No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

- II A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- III A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
- IV A apólice não deverá estabelecer/impor prazo máximo para a comunicação pela CAIXA dos procedimentos acima citados, da caracterização do sinistro, de alterações efetuadas no objeto principal e/ou renovações.
- V A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- VI Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- VII A apólice continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver realizado o pagamento do prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Quarto – Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

- I Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- II Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- III Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- IV Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- V Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

Parágrafo Quinto – Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- I Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- II Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- III Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- IV Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

Parágrafo Sexto – A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

Parágrafo Sétimo – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

Parágrafo Oitavo – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

Parágrafo Nono – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- I Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- II Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- III Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- IV Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- V Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual;
- VI Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- VII Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- VIII O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “III”, “IV”, “VI” e “VII” acima.

Parágrafo Décimo – A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

Parágrafo Décimo Primeiro – A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

Parágrafo Décimo Segundo – A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

Parágrafo Décimo Terceiro – A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido no item II do Parágrafo Nono acima.

Parágrafo Décimo Quarto – A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

- I A substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

Parágrafo Décimo Quinto - Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro – A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

- I Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 2% sobre o valor global do contrato;

- II Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 2% sobre o valor global do contrato;
- III Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, limitado a 5% do sobre o valor global do contrato;
- IV Pela não realização de atividades periódicas relacionadas à segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e segurança, a partir do 6º mês de vigência do contrato: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- V Pela não realização de ações de sensibilização sobre a temática combate à discriminação no trabalho e à não utilização de práticas de assédio moral ou sexual, a partir do 6º mês de vigência do contrato: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- VI A multa será aplicada, também, nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:
 - a) Será cobrada **MULTA** pelo descumprimento injustificado das obrigações detalhadas no Termo de Referência e no Contrato, na situação e forma abaixo:

| Item | Descumprimento | Sanção |
|------|--|---|
| I | Não observar as obrigações de natureza operacional. | Multa de 0,5 % (por cento) sobre o valor total do contrato. |
| II | Não observar as obrigações de natureza técnica. | Multa de 0,4 % (por cento) sobre o valor total do contrato. |
| III | Não observar as obrigações de natureza administrativa. | Multa de 0,3 % (por cento) sobre o valor total do contrato. |

- b) Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o **Serviço de Implantação (SETUP)**, a CONTRATADA estará sujeita a multa de 0,2% (por cento) do valor total do Serviço de Implantação, para cada dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
 - A partir da 31º (trigésimo primeiro) dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,4% (por cento), sobre o valor total do contrato, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.
- c) Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para o serviço de **Licenciamento**, conforme definido neste anexo, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o valor total do contrato, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

- A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

- d) Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o Serviço de **Customização (sob demanda)**, conforme definido neste anexo, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o valor total do Serviço de Customização, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

- A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

- e) Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos/acordados para o Serviço de **Transferência de Conhecimento (sob demanda)**, conforme definido neste anexo, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o valor total do Serviço de Customização, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

- A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

- f) Pelo descumprimento dos prazos estabelecidos para a **Transição Contratual**, conforme definido neste anexo, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,2% (por cento) sobre o valor total do contrato, para cada dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

- A partir do 31º dia, persistindo o atraso, a multa será de 0,5% (por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia subsequente, ou seja, por quantos dias persistirem a não entrega da demanda.

- g) Caso seja constatado pela CAIXA, a qualquer tempo, o não atendimento aos requisitos de segurança tecnológica para fornecedores de nuvem e/ou privacidade dos dados, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa de 0,2% do valor total do contrato.

VII A MULTA por inexecução contratual, também, poderá ser cobrada nas seguintes situações:

- a) Interrupção da execução do contrato, sem prévia autorização da CAIXA, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do faturamento do mês da ocorrência.
- b) O total inadimplemento de nível de serviço contratado por culpa exclusiva da CONTRATADA em prazo superior a 30 dias de atraso implicará na aplicação de multa compensatória equivalente a 10% do valor do serviço em questão, sem detrimento da cobrança de ressarcimento suplementar caso o prejuízo causado seja superior ao valor da multa.

VIII As multas estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Terceiro – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V Deixar de entregar a documentação exigida;
- VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- VIII Não manter a proposta;
- IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- XI Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Quinto – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Sexto – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU e lançadas no sistema CGU-PJ, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Sétimo – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do contrato se dá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado;
- III Por determinação judicial;
- IV De forma antecipada pela CAIXA, mediante comunicação escrita à contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro – Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.
- VII Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas;
- VIII Descumprimento das obrigações previstas na Política de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação da CAIXA.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

Parágrafo Quinto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento registrado no SAP sob o nº 8000047252.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA a subcontratação de empresa para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro - A disponibilização do ambiente de nuvem e a solução não são consideradas como subcontratação.

Parágrafo Segundo - Independentemente da nuvem contratada, a responsabilidade de cumprimento dos prazos e níveis de serviço especificados no Termo de Referência e demais anexos é inteiramente da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº. 13.303/2016;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I É facultado a alocação de pessoa com deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.
- II A CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;

- III Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- IV É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da área da CAIXA responsável pela operação pretendida;
- V Nos casos de utilização deste contrato como garantia para concessão de crédito ou formalização de negócio para a CONTRATADA junto à CAIXA, a autorização caberá à área negocial responsável pelas tratativas;
- VI Na cessão de créditos para outras instituições financeiras, que não a CAIXA, a autorização caberá à área gestora do contrato;
- VII O pagamento de salários, benefícios e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e sociais, referentes aos empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como multas e ressarcimentos por prejuízos sofridos pela CAIXA terão preferência sobre a cessão dos créditos;
- VIII O caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- IX É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome: _____

CPF(MF): _____

DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA

Nome: _____

CPF(MF): _____

ANEXO XX DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - d) Dirigente da CAIXA;
 - e) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - f) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/CPF

ANEXO XX DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL**
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO XX DO CONTRATO Nº**TERMO DE CIÊNCIA E ADESÃO**
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
2. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
3. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
4. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
6. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)
(nome e cargo)



Código de Conduta do Fornecedor CAIXA

ANEXO XX DO CONTRATO Nº

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – Exclusivo
para Prestador de Serviço**

| | |
|------------------------|-----------------|
| Nome do Usuário | CPF |
| Empresa | Função |
| Lotação | Telefone |

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;

11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba “Downloads”, item “Governança Corporativa”, no link “Política de Segurança e Informação”, ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, ____ de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do usuário

Nome, CPF e Assinatura do
Representante/Preposto da Empresa
Contratada

ANEXO XX DO CONTRATO Nº**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL
E CLIMÁTICA CAIXA – PRESTADORAS DE SERVIÇO**

| | |
|---------------|------|
| Nome Fantasia | CNPJ |
|---------------|------|

| | |
|----------|----------|
| Endereço | Telefone |
|----------|----------|

| | |
|-----------------------------|-----|
| Nome do Representante Legal | CPF |
|-----------------------------|-----|

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO XX DO CONTRATO Nº**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA – EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO**

| | |
|-----------------------------|----------|
| Nome Fantasia | CNPJ |
| Endereço | Telefone |
| Nome do Representante Legal | CPF |

Está ciente das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA [Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação](#) e que se compromete a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes e a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA], além de divulgar o Canal de Denúncias da CAIXA a todos os empregados e prestadores de serviço. Nesse sentido, a CONTRATADA compromete-se a:

I. Adotar medidas eficazes de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e a qualquer forma de discriminação, inclusive, mas não se limitando, por motivo de raça, cor, etnia, religião, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, idade ou condição social, no ambiente de trabalho;

II. Manter conduta compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e do respeito mútuo, responsabilizando-se por atos praticados por seus prepostos, inclusive terceirizados, no âmbito da execução contratual;

III. Divulgar, de forma clara e acessível aos seus empregados e prepostos envolvidos na execução do contrato, o Canal de Denúncias da CAIXA, disponível em <https://www.caixa.gov.br/denuncia>, como meio oficial para o reporte de condutas ilícitas, assédio, discriminação e outras violações éticas relacionadas à execução contratual;

IV. Manter registros e estatísticas de todas as medidas adotadas para cumprimento das obrigações acima, disponibilizando-os à CONTRATANTE sempre que solicitado.

_____, _____ de _____ de _____.
Local/Data

Assinatura do Representante Legal

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS

Eu,....., CPF....., representante da empresa , CNPJ, no cargo de, declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade> e www.licitacoes.caixa.gov.br, ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”).

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a ela.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

Nome

ANEXO V**DECLARAÇÃO**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação LICITAÇÃO CAIXA nº 360/2025 que:

- se enquadra na condição de _____ *(a licitante deve informar se é microempresa **ou** empresa de pequeno porte **ou** microempreendedor individual - MEI)*, nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [*Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte*] ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [*Quando for microempreendedor individual - MEI*], e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/CPF

OUTUBRO, 2025.

LC SERVIÇO_v18.

Vinculação NJ GEAJU 7148899/2025

ANEXO VI**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº, por meio do seu representante devidamente constituído, [NOME E CPF DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para atendimento ao Edital de Licitação CAIXA n.º 360/2025.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

**ANEXO VII
DECLARAÇÃO DO LICITANTE****À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CECOT**

Referência: Licitação CAIXA nº 360/2025

A _____ **[RAZÃO SOCIAL/NOME]**, inscrito(a) no _____ **[CNPJ/CPF]**, por meio do seu representante devidamente constituído, _____ **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE]**, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação por meio do Edital publicado;
2. Obriga-se a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
3. Preenche todos os requisitos e condições de habilitação constantes do Edital, não se enquadrando em quaisquer das situações de impedimento nele previstas;
4. Os documentos apresentados no Portal Licitações CAIXA são cópias fiéis dos correspondentes documentos originais, tem ciência das condições impostas pela Lei nº 13.726/2018 e está ciente que na hipótese de declaração falsa, fica sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis; e
5. Seu representante devidamente constituído responde por uma única **Escolher um item., [PF ou PJ]** para manifestação nos procedimentos de habilitação e demais fases e atos inerentes à Licitação.
6. Tem ciência das disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da publicação dos documentos fornecidos/consultados para habilitação neste Credenciamento no Portal da Transparência CAIXA e no PNCP, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e determinação dos Órgãos de Controle Externo.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta "verificador de conformidade", disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>) ou por meio de Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos.